



Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade
Superintendência de Assuntos Fiscais



Relatório de Transparência Fiscal do Maranhão

6º bimestre de 2020



Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento – SEPLAN-MA

Relatório Bimestral de Transparência Fiscal do Maranhão: Ano 2020. 6º bimestre, v.5
nº.1. – São Luís – Maranhão: SEPLAN-MA. 2020

ISSN 2675-7680

30

DOI ISSUE/Vol. [10.47592/RTFMA5B20205](https://doi.org/10.47592/RTFMA5B20205)

DOI. Texto. [10.47592/6bi202011](https://doi.org/10.47592/6bi202011)

ANUAL

1. Economia do Setor Público. 2. Finanças Públicas. 3. Planejamento e Orçamento.
4. Maranhão.
I. SEPLAN-MA,2019. II. Título

CDU: 336.1:352 (812.1)

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

Flávio Dino

Governador do Estado do Maranhão

Carlos Brandão

Vice-Governador do Estado do Maranhão

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – SEPLAN

Cynthia Mota Lima

Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento

Caroline Sousa de Jesus

Subsecretária de Estado do Planejamento e Orçamento

SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE – SATEC

Marcello Apolônio Duailibe Barros

Secretário Adjunto do Tesouro e Contabilidade

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSUNTOS FISCAIS – SAFI

João Carlos Souza Marques

Superintendente de Assuntos Fiscais

COORDENAÇÃO E EDIÇÃO:

Marcello Apolônio Duailibe Barros

João Carlos Souza Marques

ELABORAÇÃO

TÉCNICOS E ASSISTENTES:

Gustavo Moreno Alves Ribeiro

Roseane Santos Silva

ANALISTAS CONVIDADOS:

Aline Ribeiro Duailibe Barros – SES

Roberto Santos Matos – SPLAN/SEPLAN

Raphael Ferreira Vidal – SPLAN/SEPLAN

Claudio Braga – SPLAN/SEPLAN

APOIO TÉCNICO:

Jacksson dos Santos Pereira

REVISÃO:

Gianna Beatriz Cantanhede Rocha de Lima

Mayara Viana dos Santos

Anna Clara Vieira Silva

EDITORAÇÃO, DESIGN e DIAGRAMAÇÃO:

João Carlos Souza Marques

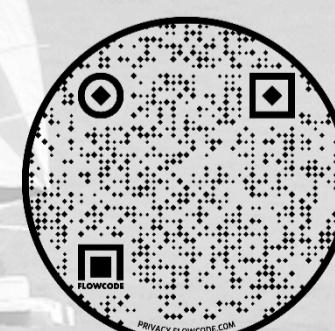
CONTRIBUIÇÕES E AGRADECIMENTOS

Fotografia Capa

José Costa Miranda Júnior ([@fozzie_slz](https://www.instagram.com/@fozzie_slz))

APOIO INSTITUCIONAL

Conselho Regional de Economia da 15^a Região – CORECON-MA





GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

O RELATÓRIO BIMESTRAL DE TRANSPARÊNCIA FISCAL DO MARANHÃO

Este Relatório de Transparência Fiscal (RTF) é um dos produtos da Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade (SATEC) desta Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento (SEPLAN), elaborado pela Superintendência de Assuntos Fiscais (SAFi) com a colaboração da Superintendência do Tesouro, da Contadoria e da Dívida, objetivando atender as exigências legais da [Lei de Responsabilidade Fiscal \(LRF\)](#) e ampliar a transparência das finanças públicas no que tange aos principais indicadores fiscais do Estado do Maranhão.

O RTF é dividido em dois cenários: Macroeconômico e Finanças Públicas. O Cenário Macroeconômico traduz alguns dos principais indicadores que impactam a economia maranhense através de análise do Cenário Internacional e Nacional, com o propósito de trazer ao leitor não somente a visão dos analistas da SAFi, como, também, aproxima-lo da realidade dos impactos exógenos nas contas públicas nacionais, do Maranhão e na atividade econômica maranhense.

O Cenário das Finanças Públicas é o grande objetivo de análise do RTF. Ou seja, proporcionar maior transparência para as contas públicas do Maranhão explanando as nuances econômicas apresentadas no Cenário Macroeconômico, os impactos legislativos e de políticas públicas internas e externas que afetam os resultados e as expectativas orçamentárias e financeiras. O Cenário das Finanças Públicas resume brevemente o setor público Nacional e dá enfoque aos resultados do Estado. Do lado das Receitas maranhenses, o RTF apresenta comparações entre o bimestre de referência e o acumulado até o período do ano corrente com o ano anterior e com a Lei Orçamentária Anual (LOA), verificando as frustrações ou saldos orçamentários. Pelo lado das Despesas, são comparados os valores executados no ano corrente com os do ano anterior no período análogo, demonstrando os gastos por poderes e as principais despesas do Estado.

Além dos aspectos gerenciais mencionados, o RTF proporciona análise visando ao atendimento de dispositivos legais, como a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (especialmente o art. 9º) e a [Instrução Normativa referente à prestação anual de contas do Tribunal de Contas – TCE \(IN nº 26 / 2011 ou de Novembro de 2011\)](#).

Boa leitura!

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. SUMÁRIO EXECUTIVO/CARTA AO LEITOR | 6 |
| 2. CENÁRIO MACROECONÔMICO..... | 7 |
| a. Cenário Internacional..... | 7 |
| b. Cenário Nacional | 10 |
| a. Cenário Estadual..... | 12 |
| 3. Cenário das Finanças Públicas | 14 |
| I) Resultado Primário do Governo Central..... | 14 |
| III) Finanças Públicas Maranhenses | 17 |
| a. Receitas | 17 |
| i. Receitas de Transferências | 18 |
| ii. Receitas Tributárias | 18 |
| IV) Painel Receitas Realizadas x Orçado em LOA 2020..... | 20 |
| b) Despesas..... | 21 |
| TÓPICOS EXTRAS..... | 25 |
| a) PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES NACIONAIS COM IMPACTO NO REGRAMENTO FISCAL EM 2020 | 25 |
| B) MEDIDAS NORMATIVAS E LEGISLATIVAS PARA REDUÇÃO DE DESPESAS..... | 26 |
| C) PAGAMENTO DE DÍVIDAS E PRECATÓRIOS..... | 27 |
| D) PAINEL: COMBATE À COVID-19..... | 28 |



1. SUMÁRIO EXECUTIVO/CARTA AO LEITOR

Os resultados de 2020 e as incertezas para 2021

O Relatório de Transparência Fiscal (RTF) do 6º bimestre de 2020 apresenta os resultados fiscais do Estado do Maranhão comparando-os com o ano anterior e com os valores previstos na Lei Orçamentária Anual – LOA.

O principal enfoque observado refere-se ao agravamento da crise econômica em 2020, decorrente da pandemia do novo coronavírus, no qual os impactos orçamentários e financeiros para o Maranhão chegam a acumular perdas de R\$ 1,2 bilhão.

Apesar dessa grande frustração, o diferencial para o 6º bimestre é o panorama de recuperação da atividade econômica e consequentemente das receitas estaduais, reduzindo parcialmente as externalidades negativas.

No panorama macroeconômico internacional e nacional, as perdas de atividade econômica estimadas para o ano corrente, foram em sua grande parte superestimadas. Como consequência, a queda no Produto Interno Bruto (PIB) mundial e nacional foram revisadas de forma mais otimista, acentuando que a recuperação econômica após a sequência de *lockdowns* parece ser mais rápida do que o esperado e que os impactos na China e países emergentes não foram tão grandes quanto o previsto.

A recuperação da demanda chinesa, guia-se como principal vetor para a aceleração da recuperação e impacta diretamente nas economias emergentes exportadoras de *commodities*, no qual o Brasil e o Maranhão são beneficiados.

Nesse contexto, o RTF do 6º bimestre ilustra também a queda superestimada para o PIB do Maranhão apresentando a revisão do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) que, quando da publicação do 5º bimestre, apresentava variação de -5,8%. Agora, os números atualizados apontam para uma queda de -3,8% em 2020.

As características do Estado do Maranhão permitiram uma recuperação mais acelerada e um menor impacto negativo, no qual

medidas anticíclicas do governo estadual foram essenciais para o quadro menos pessimista.

Tal peculiaridade impactou diretamente nas contas públicas maranhenses, que, apesar da queda de Transferências Constitucionais – conforme já vinha-se demonstrando nos RTF's anteriores – possibilitou a retomada da arrecadação tributária, destacadamente do ICMS.

Somado com os auxílios da União aos entes federativos, o gap nas receitas em relação ao ano de 2019 foi fechado, mantendo-se apenas o desafio de administrar a frustração das receitas em relação a LOA de 2020.

Pari passu com a recuperação das receitas e estabilização através dos repasses, destacam-se o crescimento das despesas com saúde e assistência social, cujos recursos voltam-se para atender as necessidades do combate à pandemia.

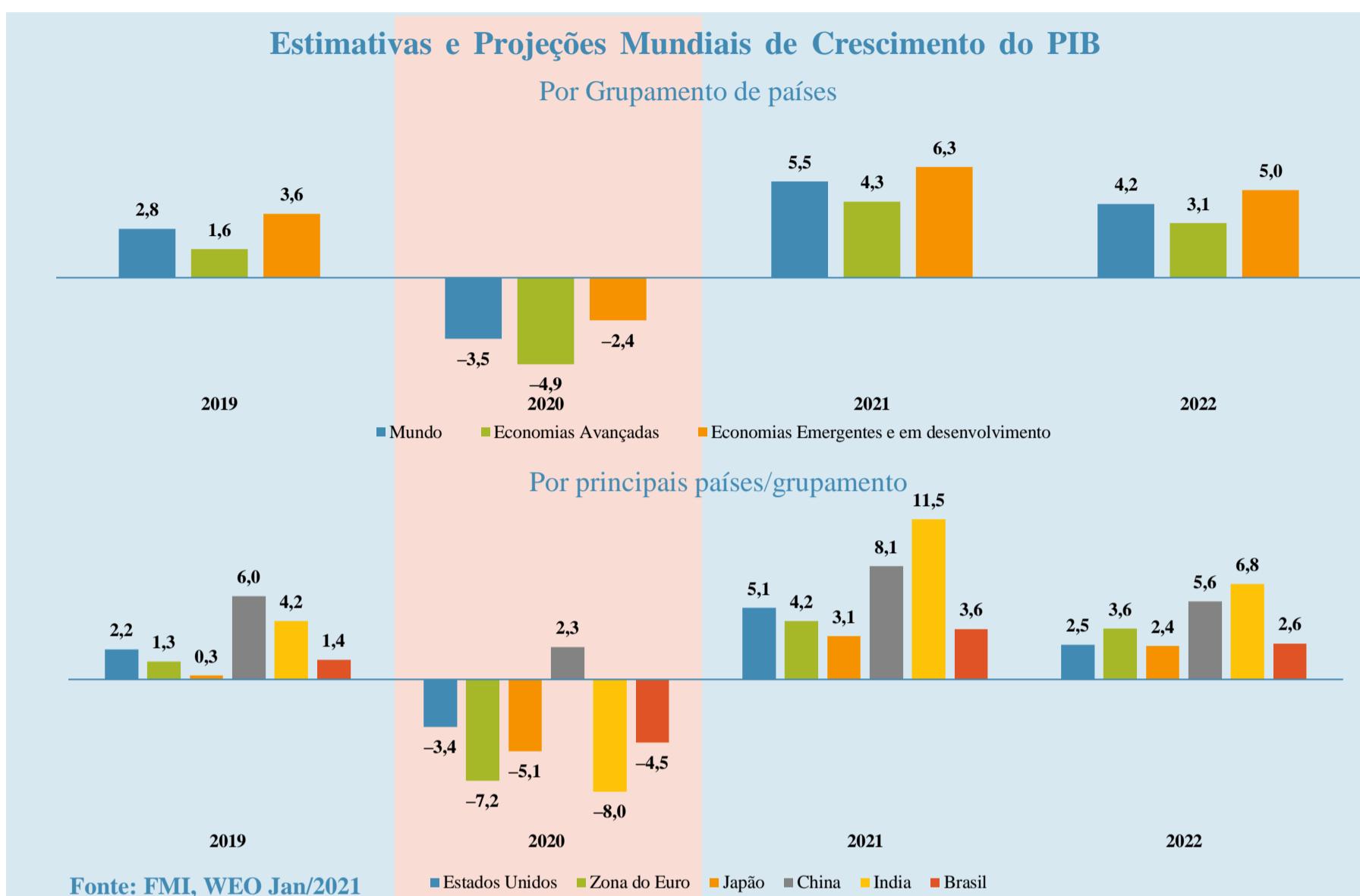
Além disso, o aumento dos custos da dívida externa, decorrente da taxa de câmbio elevada, mantém-se preocupante para o cenário a partir de 2021. Dessa forma, o apoio federal tem sido crucial ou indispensável para manter o funcionamento da máquina pública maranhense nos estágios atuais – vetor que é essencial para estabilização econômica no atual momento de crise.

Nesse sentido, para o Estado do Maranhão, a ascensão da economia ainda não é uma realidade, as dificuldades das contas públicas – embora com certo conforto – são uma ameaça às políticas públicas para 2021 e 2022, somando-se a perspectiva dos riscos de uma segunda onda da pandemia, cujos impactos são incertos e a potência nos efeitos cíclicos da economia são imprevisíveis.



2. CENÁRIO MACROECONÔMICO

a. Cenário Internacional



Ao findar de 2020, o cenário econômico mundial traz perspectivas de superação para a crise da pandemia da COVID-19. Embora no ano o Produto Interno Bruto (PIB) tenha se encerrado negativo na maioria dos países, a liderança do crescimento chinês (+2,3%) possibilitou que o impacto no comércio mundial e, sobretudo, nos preços das *commodities* fosse mitigado e trouxesse para 2021 um cenário otimista com expectativa de retomada do crescimento mundial.

Com a ampla paralização das atividades econômicas em 2020, devido aos *lockdowns* e às medidas restritivas, os maiores impactos em termos de PIB no mundo foram registrados nos países de economia avançada (-4,9%). Em perspectiva similar, regiões mais desenvolvidas tenderam a ser mais amplamente afetadas do que regiões menos desenvolvidas, e produções mais complexas foram mais impactadas do que produções menos complexas, assim, regiões produtoras de *commodities* e bens de consumo tiveram menores impactos econômicos. Por esta razão, as economias emergentes e em desenvolvimento sofreram menor impacto no PIB (-2,4%) – ressaltando a participação positiva da China para o grupo.

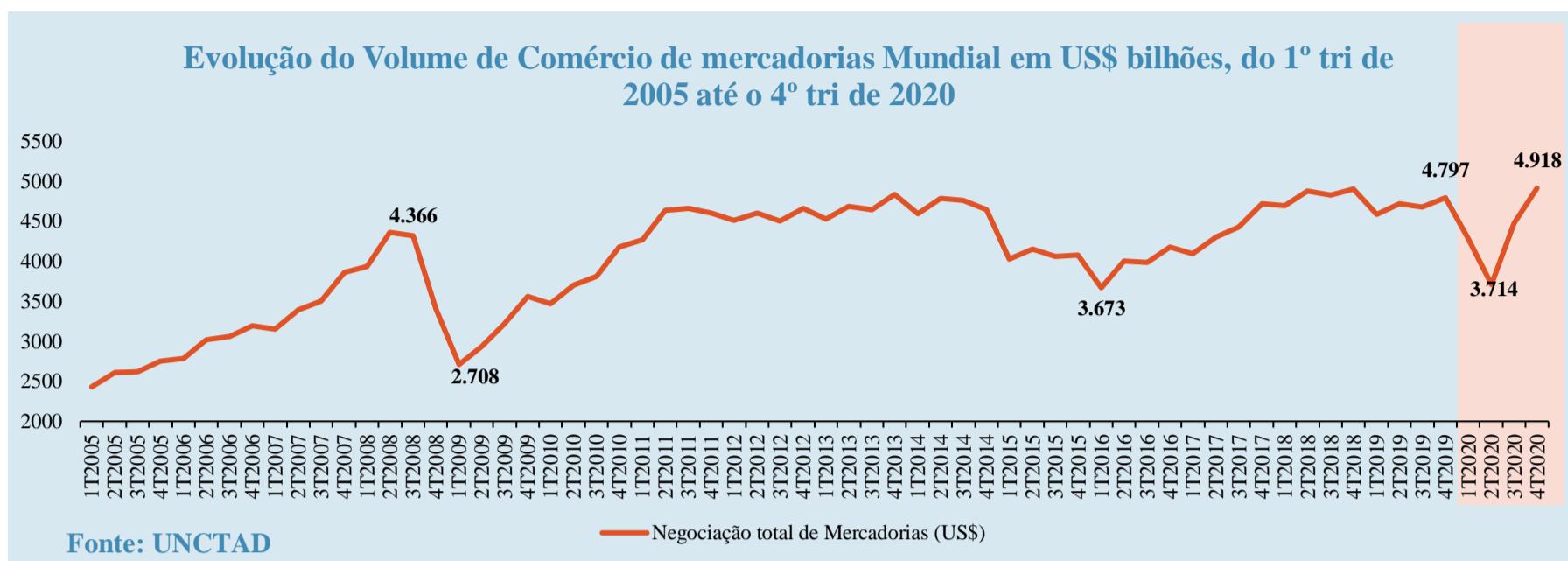
Durante 2020, inúmeros indicadores de atividade econômica mundial foram afetados e os relatórios do [World Economic Outlook do FMI](#) acompanharam sua evolução demonstrando que a maior parte dos efeitos negativos aconteceram no primeiro semestre do ano, no auge das incertezas, quando medidas restritivas mais contundentes aconteciam nos países. No decorrer do ano, com o afrouxamento das medidas – seja pelo sucesso na contenção da pandemia, como ocorreu na China, seja pela necessidade de

retomar as atividades econômicas e por questões políticas, como no Brasil – o cenário econômico mundial passou a traçar perspectivas de recuperação. Ao final de 2020, a evolução do volume de comércio de mercadorias, a produção industrial e de manufaturados global já havia ultrapassado os registros de 2019.

Contudo, é importante ressaltar para a compreensão do panorama mundial, que a pandemia ainda não foi superada. Grande parte das expectativas otimistas ainda giram em torno da capacidade dos países de produção em massa de vacinas e do processo de vacinação, bem como da mitigação de novas ondas de contágio e das variantes da doença que podem ou não serem neutralizadas pelas vacinas atuais.

Além disso, em países como Brasil, Índia e Estados Unidos o número de casos continua crescente. Dessa forma, os impactos econômicos podem ser mais profundos em termos estruturais e a retomada ainda mais lenta nesses países.

Cabe ainda destacar o choque da pandemia nos resultados apresentados pelo [Relatório de Transparência Fiscal do 4º bimestre de 2020](#) no que tange aos impactos sociais alertados pelo Banco Mundial no [Global Economic Prospects](#) e à ampliação do *gap* de renda e da extrema pobreza no mundo. Apesar das consequências no PIB serem menores em regiões menos desenvolvidas, em termos de impactos na desigualdade, essas regiões deverão sofrer mais com o aumento do desemprego, a diminuição dos investimentos, a perda da atividade econômica e a lenta recuperação.



Fonte: UNCTAD

O panorama econômico ainda vulnerável e de recuperação exige cuidados por parte dos governos e a interlocução entre países. A cooperação internacional e as políticas anticíclicas devem continuar para enfrentar a pandemia, diminuir seus efeitos negativos e corrigir problemas de caráter continuado e estruturais.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) destaca que nessa temporada dramática, os objetivos políticos devem ser direcionados para construir mecanismos de apoio durante o processo de normalização sanitária e distribuição das vacinas, limitar o aprofundamento da recessão, estabelecer objetivos de médio prazo para recuperação econômica sustentável e equalitária, iniciativas que protejam os mais vulneráveis, destinação de recursos para o cuidado com a saúde, políticas econômicas que reduzam impactos persistentes na estrutura produtiva – apoio às empresas, manutenção do emprego e do capital humano – manutenção da educação, fomento às atividades produtivas da digitalização, e adereçar políticas de combate à desigualdade e extrema pobreza, garantindo apoio social necessário para a subsistência e combatendo a insegurança social.

Além das políticas públicas, a pandemia afetou os mercados de *commodities*, dentre as quais, os impactos nas agrícolas e alimentícias ganham destaque, pois a demanda estável por alimentos e insumos primários destas categorias que, somando às quebras de oferta decorrentes da paralisação de atividades gerou pressões significativas nos preços da alimentação no mundo.

Durante o primeiro semestre, a maioria das *commodities* sofreram perdas nos preços devido à redução da demanda mundial, destacadamente as que compõem a categoria das energéticas (-37,6% no agregado em relação à dez/19), mas com a recuperação econômica, guiada pela China e como efeito das quebras de oferta e redução do investimento, os preços em 2020 voltaram a subir e, em muitos casos, superar os patamares de 2019.

No âmbito das principais *commodities* comercializadas pelo Maranhão, destaca-se o crescimento dos preços das metais e metálicas no comparativo de dezembro de 2019 com 2020, no qual o Minério de Ferro registrou US\$ 155,4/dmtu (+67,8%) e o Alumínio US\$ 2.014,7 (+13,7%). Essa categoria foi extremamente favorecida pela demanda chinesa para produção de aço, parte das políticas anticíclicas e estruturantes do governo chinês, que preveem ampliação e antecipação da infraestrutura. Além disso, cortes de produção de Minério de Ferro no Brasil (devido ao caso de Brumadinho) e paralizações de produção na China reduziram a oferta global, pressionando os preços.

No que tange ao alumínio, houve maior demanda tanto por parte da China como dos Estados Unidos, mas as expectativas são de que a oferta mundial cresça e supra os impactos nos preços e das paralisações de produção, a depender da redução dos custos com energia e alumina (principal insumo do alumínio) na China.

No panorama das *commodities* agrícolas, a Soja em grãos somou US\$ 593,9/t, +33,3% no comparativo entre dezembro de 2019 e de 2020. Esse crescimento derivou: 1) das perdas de produção - em parte devido à pandemia, em parte devido às quebras de safra que somavam, até outubro de 2020, queda de 6,8% na produção mundial; 2) da manutenção da demanda em face à pandemia, sobretudo, sustentada pela demanda da China; 3) da quebra da safra de palma, cujo óleo é substituto ao óleo de soja; e 4) da recuperação acentuada dos custos com energia no segundo semestre, elevando o preço dos fertilizantes.

No âmbito das *commodities* energéticas, a redução da demanda mundial, os *lockdowns*, o distanciamento social, a redução do turismo e de outras atividades econômicas que utilizam combustíveis fez com que os preços do petróleo caíssem no início do ano e houvesse uma redução na produção, até ficar abaixo da necessidade de consumo – o que forçou a recuperação dos preços no segundo semestre.

Em média, o petróleo tipo Brent encerrou 2020 na cotação de US\$ 48,7/bbl, queda de 23,1% em relação à 2019, mas com tendência de recuperação à medida que a demanda volta a pressionar os preços, já que os estoques estão praticamente zerados.

Na contrapartida, nas energéticas, a demanda por energia elétrica doméstica cresceu drasticamente, e o consumo de fontes produtoras de energia elétrica, como Gás Natural e Carvão, começou a crescer afetando os preços no segundo semestre. Espera-se para 2021 que o petróleo continue a se recuperar e pressione ainda mais os preços das *commodities* energéticas.

Retomado as políticas públicas, o cenário das *commodities* também é alarmante no que tange aos impactos socioeconômicos, pois a elevação do preço da alimentação e da energia possui dois impactos diretos nas famílias: o primeiro através da inflação – reduzindo a renda disponível e o segundo através do aumento da desnutrição/má alimentação, deixando exposto o flanco da desigualdade social e impactando mais significativamente a população vulnerável de países e regiões subdesenvolvidas e em desenvolvimento, reforçando a necessidade de políticas públicas que acompanhem e mitiguem os impactos dessas oscilações dos preços na estrutura socioeconômica.



PAINEL 1. INDICADORES DE PREÇOS E COTAÇÃO DAS PRINCIPAIS COMMODITIES PARA O BRASIL E MARANHÃO DE DEZ/2010 ATÉ DEZ/2020

Petróleo Brent (média, US\$/BBL)



Soja em Grãos (US\$/t)



Alumínio (US\$/t)



Minério de Ferro (US\$/dmtu)



Índice de Laspeyeres para commodities Energéticas (US\$)



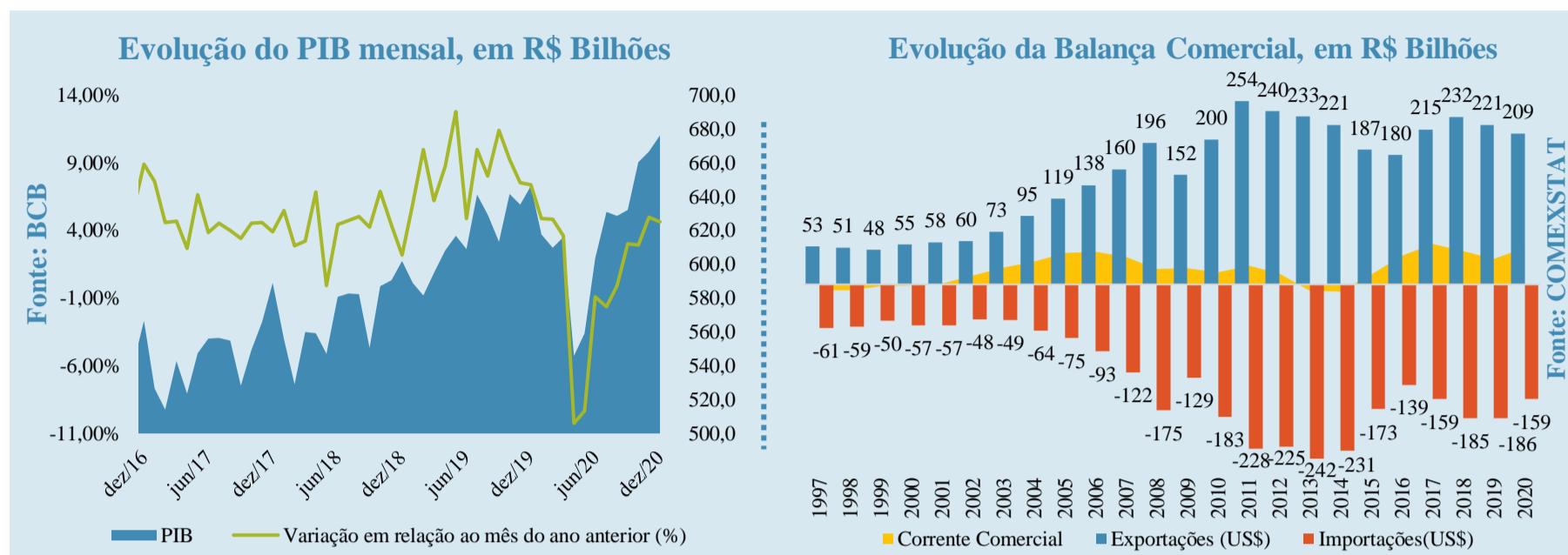
Índice de Laspeyeres para commodities Não-Energéticas (US\$)



Fonte: Banco Mundial – dez/2020



b. Cenário Nacional



No cenário nacional os efeitos econômicos da pandemia continuam ampliando incertezas quanto à recuperação econômica, e a má coordenação das políticas nacionais de enfrentamento da COVID-19 balizam a situação caótica, mantendo os níveis de risco-brasil acima dos patamares antecedentes.

Como consequência imediata, os investidores internacionais exigem maior atratividade nas taxas de juros para financiar a crescente dívida pública brasileira ou subsidiar investimentos nos ativos nacionais.

Na contramão dessas demandas, a política econômica nacional vem incentivando a redução das taxas de juros, a fim de tornar atrativa a captação de crédito e a retomada dos investimentos reais na economia.

Essa política foi mostrando-se ineficaz, ao passo que os níveis de incerteza e instabilidade econômica estão muito elevados para atrair investidores internos ou externos, apontando a inelasticidade da demanda por crédito em relação às taxas de juros base – fato que deve-se também ao não repasse efetivo das taxas de juros base para as taxas ao consumidor final, famílias ou empresas, e, no caso dos investidores estrangeiros, uma forte fuga de capitais fazendo com que os Investimentos Diretos no País registrassem queda de 50,6% em 2020.

Como consequência direta tem-se uma forte deterioração cambial, resultado da menor demanda pelo real brasileiro e da política de juros baixos, proporcionando benefícios na esfera exportadora nacional – sobretudo de *commodities* agrícolas e minerais, e, encarecendo a aquisição de insumos e bens intermediários, tais como combustíveis e lubrificantes, o que poderá desencadear em posteriores efeitos inflacionários, podendo somar na pressão para taxas de juros maiores.

Apesar do efeito benéfico do câmbio, parte das exportações foi prejudicada pelo efeito da queda dos preços internacionais no primeiro semestre de 2020, consequentemente, o valor total das exportações apresentou redução (-5,4%) em 2020, não obstante um maior quantitativo das exportações nacionais (+2,9%).

Esse resultado não prejudicou o saldo comercial, tendo em vista a redução das importações (-14,6%), devido tanto ao encarecimento externo como ao desempenho mais fraco da atividade econômica em função da pandemia. Além disso, o efeito preço não foi suficiente para negativar a indústria exportadora brasileira, que se beneficiou de uma alta cambial de 24% entre janeiro e dezembro de 2020, patamares superiores às perdas nos valores das exportações.

Da mesma forma, o déficit da balança de serviços foi reduzido e somou positivamente para o menor déficit em Transações Correntes do país desde 2007, mantendo uma situação relativamente estável para o balanço de pagamentos e reservas internacionais em patamares confortáveis para evitar ataques especulativos.

Em termos de atividade econômica, o PIB brasileiro registrou queda de 4,1% acumulando maiores perdas no Setor de Comércio e Serviços (-4,8%), queda na Indústria (-3,8%) e alta somente na Agropecuária (+2,3%).

O setor de Comércio e Serviços foi o mais amplamente afetado pela pandemia e que teve a maior incidência de medidas restritivas afetando diretamente suas atividades, o que resultou no fechamento de empresas e na diminuição da produção do setor, destacadamente nas atividades de turismo, transportes e serviços prestados às famílias.

Similarmente, na indústria, houve paralisações e fechamentos de atividades em decorrência de medidas restritivas, mas o maior impacto deveu-se à redução da demanda mundial, ao aumento do desemprego e à redução da renda. Adicionalmente, destaca-se a saída, dentre outras empresas, da Ford do Brasil como vetor substancial na redução da atividade.

Na agropecuária, a relação benéfica para os países se deu por uma maior produção de grãos mediante uma demanda inelástica à pandemia devido à forte relação com o setor alimentício. Dessa forma, a manutenção da demanda somada ao crescimento da produção de grãos foram fortes motrizes para a expansão do setor primário.

Sob a perspectiva de superação da crise econômica para 2021, indicadores de desempenho de atividade vêm mostrando sinais de recuperação durante todo o segundo semestre, sendo capazes de se igualar aos níveis do início de 2020 e do final de 2019, indicando reestruturação da atividade econômica nacional.

Outros indicadores, como a formação bruta de capital fixo, os índices de consumo das famílias e de confiança da indústria sinalizam possível retomada dos investimentos com maior força. Contudo, é pertinente moderar o ainda relevante risco de novas ondas de contágio, possíveis rodadas de *lockdown* e medidas restritivas mais fortes no Brasil, tendo em vista a dessincronização das políticas de combate à pandemia, bem como o número extremamente elevado de contágio e de mortos pela COVID-19 no país. Considerando esse cenário, a recuperação será ainda mais lenta e gradual.

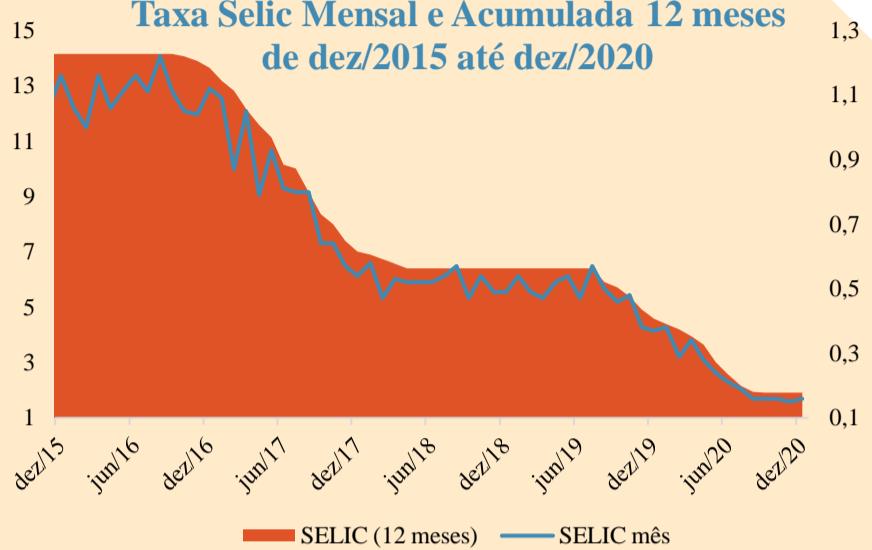


PAINEL 2. INDICADORES MACROECONÔMICOS NACIONAIS

IPCA acumulado 12 meses de dez/2015 até dez/2020



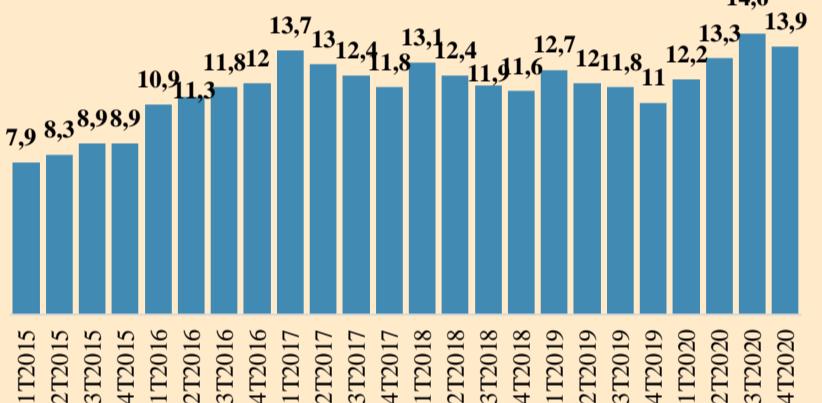
Taxa Selic Mensal e Acumulada 12 meses de dez/2015 até dez/2020



Formação Bruta de Capital Fixo, do 1º tri de 2017 até o 4º tri de 2020 (Dessazonalizado)



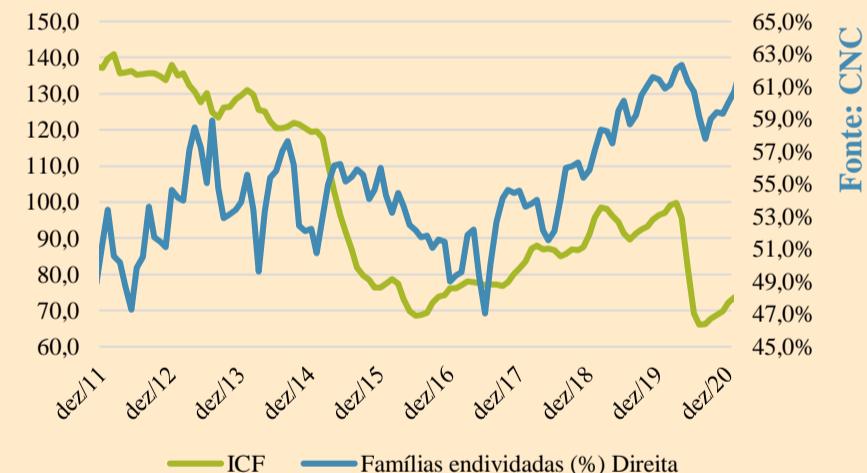
Taxa de Desocupação (%), do 1º tri de 2015 até o 4º tri de 2020



Taxa de câmbio Livre - Dólar americano diário - u.m.c./US\$ (venda)



Índice de Consumo das Famílias e % de famílias endividadas de dez/11 até dez/20



Índice de Incerteza da Economia de Dez/15 até Dez/20

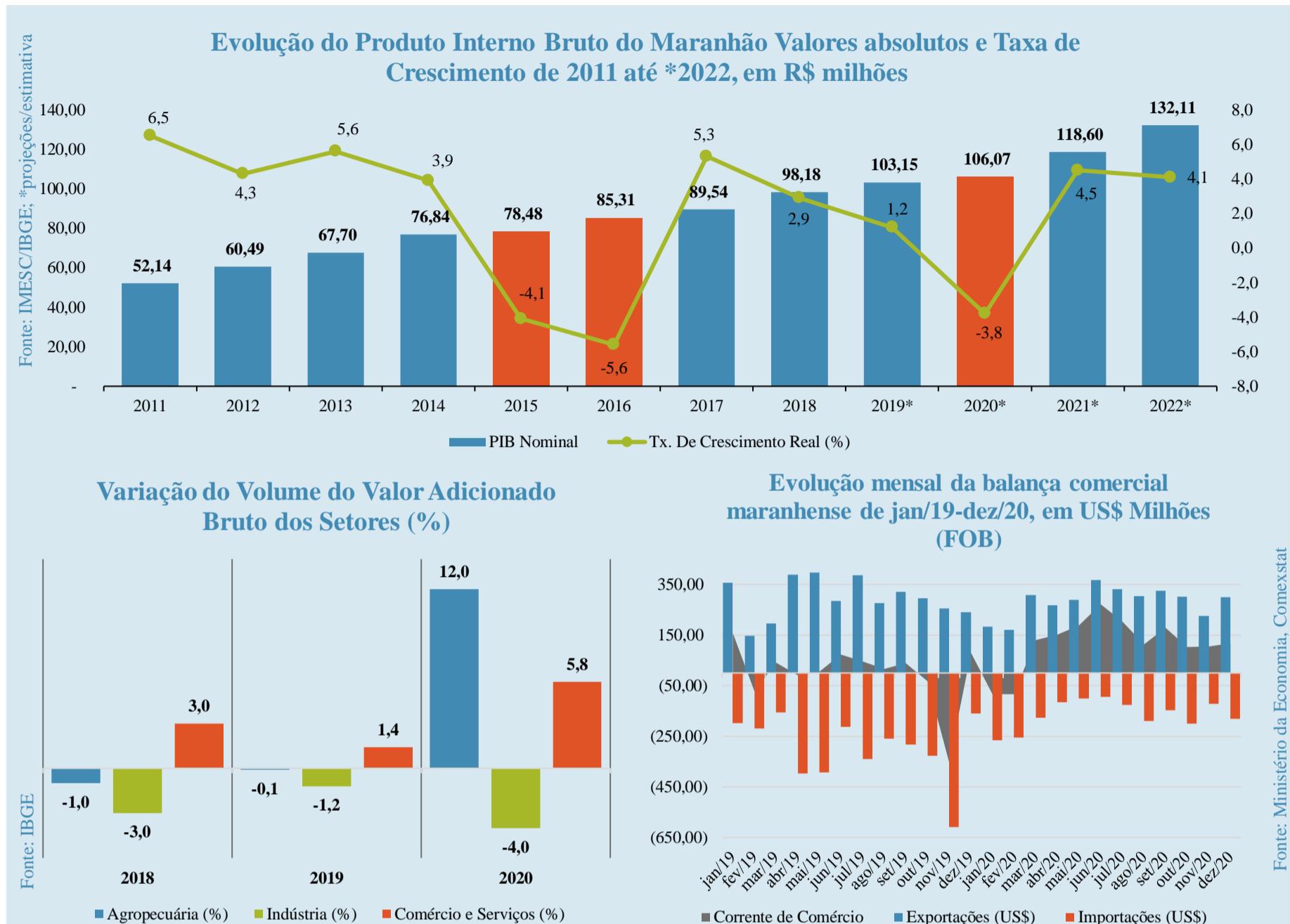


Índices de Confiança do empresário e da Indústria de Dez/01 até dez/20





a. Cenário Estadual



Conforme aponta o [Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense do 4º trimestre de 2020](#), elaborado pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômico e Cartográficos – IMESC, e em consonância com análises tratadas nesse Relatório de Transparência Fiscal, o principal vetor de degradação do cenário econômico em 2020 foi a crise sanitária do novo coronavírus que desencadeou a redução mundial da atividade econômica.

Contudo, os impactos da pandemia no PIB mostraram-se mais fortes em regiões mais complexas e desenvolvidas do que nas regiões produtoras de *commodities* agrícolas e minerais. Nesse contexto, o efeito da pandemia sob a economia maranhense acabou sendo menor do que o esperado, resultando em revisões positivas para o PIB estadual, no qual estima-se queda de 3,8%, equivalente à -4,2 p.p. comparativamente aos -8% estimados no início do ano.

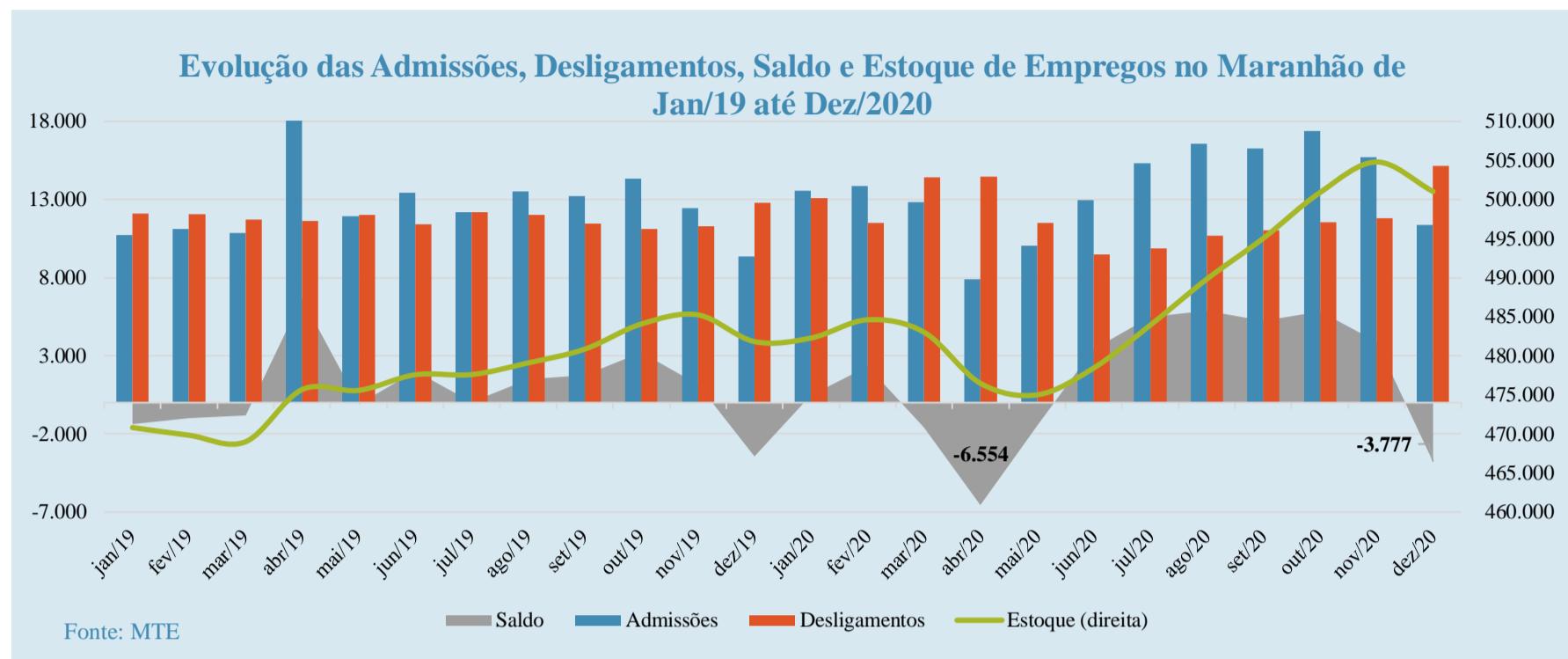
A estrutura econômica do Maranhão mostrou-se mais resiliente à pandemia do que outras economias mais desenvolvidas devido a três pontos essenciais: 1) a estrutura de enclave exportador de *commodities* agrícolas, alimentícias e mineral-metálicos; 2) a forte dependência do PIB em relação à administração pública, que gira em torno de 30% do Valor Adicionado Bruto estadual; e 3) os fluxos emergenciais em relação ao contingente de extremamente pobres existentes no Estado.

A estrutura produtiva do Estado, com forte parceria comercial com a China na venda de *commodities* agrícolas e metálicas, foi um vetor positivo tendo em vista a manutenção da demanda por minério de ferro, alumínio e alimentos, o que evitou que houvesse impactos negativos no setor externo do Estado e

eventuais colapsos na indústria exportadora, mantendo, assim, boa parte dos empregos do setor, que se somaram ao bom desempenho da Agropecuária em 2020, sobretudo, da produção de soja que surfou na bonança internacional dos preços.

A dependência econômica da administração pública mitigou os efeitos negativos da pandemia sob duas formas: 1) contribuiu para a manutenção do emprego e da renda, não reduzindo drasticamente o mercado interno e 2) a expansão dos gastos em saúde e as medidas anticíclicas favoreceram contratações emergenciais, reduzindo o impacto do fechamento de empregos em outros setores e mitigando o efeito em cadeia.

A estrutura econômica do Maranhão mostrou-se mais resiliente à pandemia do que outras economias mais desenvolvidas.



Os fluxos emergenciais do Governo Federal, atinentes ao pagamento de parcelas de auxílio foram medidas de transferência de renda extremamente relevantes em regiões onde há uma população com grande quantitativo de pobreza.

O Maranhão, que possui o maior contingente de extremamente pobres em relação à população residente do país e que usufrui de programas de benefícios sociais como o Bolsa Família, acabou sendo mais positivamente impactado que o esperado, posicionando ganhos de renda significativos à população carente – inclusive em patamares acima da realidade pré-pandemia – o que fortaleceu, mesmo que temporariamente, o mercado interno, mitigando, para além das expectativas do Governo Federal, os impactos da COVID-19.

O cenário para economia maranhense em 2021 traz um duplo desafio: enfrentar a pandemia e seus impactos enquanto mantém uma estratégia de longo prazo para enfrentar os desafios estruturais previamente existentes que foram ampliados pelo colapso econômico

Todavia, apesar do impacto ter sido reduzido, ele não deve ser negligenciado. A queda de 3,8% no PIB significou perdas drásticas no nível de emprego do Estado, cuja taxa de desocupação em novembro registrou 21,7%, conforme a PNAD Covid. Além disso, houve perdas nas atividades mais complexas do Estado, conforme observa-se na redução do Valor Adicionado Bruto da Indústria (-4%).

Assim, deve-se observar que a ampliação do desemprego será agravada por efeitos em cadeia da destruição de atividades econômicas de maior valor agregado, reduzindo ainda mais a renda estadual. No longo prazo, o efeito poderá ser o aumento do contingente de extremamente pobres, conforme comentado no Relatório de Transparência Fiscal do 4º bimestre de 2020; redução da complexidade econômica do Estado; aumento da dependência

da administração pública e atividades da economia de enclave, além do crescimento da desigualdade socioeconômica.

Diante dessa perspectiva, o cenário para a economia maranhense em 2021 traz um duplo desafio: enfrentar a pandemia e seus impactos enquanto mantém uma estratégia de longo prazo para combater os desafios estruturais previamente existentes que foram ampliados pelo colapso econômico provocado pela crise sanitária.

Essas adversidades deverão ser enfrentadas com cada vez menos apoio da União na medida em que as contas nacionais sofrem forte deterioração, exigindo que o Estado reforce o bom desempenho de políticas públicas e de uma gestão fiscal responsável.



3. Cenário das Finanças Públicas

I) Resultado Primário do Governo Central

RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL - Valores Correntes, em R\$ Milhões

| Discriminação | Acumulado de Jan-Dez | | 6º Bimestre | | Acumulado | | 6º Bimestre | |
|--|----------------------|--------------------|------------------|------------------|-------------------|--------------|------------------|---------------|
| | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | Var. R\$ | Var. % | Var. R\$ | Var. % |
| I. Receita Total | 1.635.111,0 | 1.467.759,0 | 360.706,0 | 301.244,0 | -167.352,0 | -10,0 | -59.463,0 | -16,0 |
| I.1 Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS | 946.083,0 | 899.523,0 | 160.155,0 | 176.911,0 | -46.560,0 | -5,0 | 16.757,0 | 10,0 |
| I.2 Incentivos Fiscais | -48,0 | -138,0 | 0,0 | 0,0 | -90,0 | 188,0 | 0,0 | 0,0 |
| I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS | 413.331,0 | 404.773,0 | 86.963,0 | 96.814,0 | -8.559,0 | -2,0 | 9.851,0 | 11,0 |
| I.4 Receitas Não Administradas pela RFB | 275.745,0 | 163.601,0 | 113.589,0 | 27.518,0 | -112.143,0 | -41,0 | -86.071,0 | -76,0 |
| II. Transf. por repartição de receita | 288.331,0 | 263.821,0 | 66.563,0 | 56.452,0 | -24.510,0 | -9,0 | -10.111,0 | -15,0 |
| II.1 FPM / FPE / IPI-EE | 213.593,0 | 204.617,0 | 43.383,0 | 45.316,0 | -8.976,0 | -4,0 | 1.932,0 | 4,0 |
| II.2 Fundos Constitucionais | 9.609,0 | 8.576,0 | 1.590,0 | 1.045,0 | -1.033,0 | -11,0 | -545,0 | -34,0 |
| II.3 Contribuição do Salário Educação | 12.261,0 | 12.622,0 | 1.888,0 | 2.073,0 | 361,0 | 3,0 | 185,0 | 10,0 |
| II.4 Exploração de Recursos Naturais | 38.783,0 | 35.631,0 | 7.664,0 | 7.714,0 | -3.152,0 | -8,0 | 49,0 | 1,0 |
| II.5 CIDE - Combustíveis | 821,0 | 690,0 | 0,0 | 0,0 | -131,0 | -16,0 | 0,0 | 0,0 |
| II.6 Demais | 13.264,0 | 1.686,0 | 12.037,0 | 305,0 | -11.578,0 | -87,0 | -11.732,0 | -97,0 |
| III. Receita Líquida (I-II) | 1.346.780,0 | 1.203.938,0 | 294.144,0 | 244.792,0 | -142.842,0 | -11,0 | -49.352,0 | -17,0 |
| IV. Despesa Total | 1.441.845,0 | 1.947.025,0 | 325.355,0 | 307.126,0 | 505.180,0 | 35,0 | -18.229,0 | -6,0 |
| IV.1 Benefícios Previdenciários | 626.510,0 | 663.904,0 | 120.246,0 | 103.569,0 | 37.394,0 | 6,0 | -16.677,0 | -14,0 |
| IV.2 Pessoal e Encargos Sociais | 313.087,0 | 321.350,0 | 62.062,0 | 63.378,0 | 8.263,0 | 3,0 | 1.316,0 | 2,0 |
| IV.3 Outras Despesas Obrigatórias | 195.202,0 | 720.076,0 | 31.060,0 | 81.895,0 | 524.874,0 | 269,0 | 50.835,0 | 164,0 |
| IV.4 Desp. do Poder Ex. Sujeitas à Programação Financeira | 307.046,0 | 241.695,0 | 111.986,0 | 58.285,0 | -65.350,0 | -21,0 | -53.702,0 | -48,0 |
| VI. Primário Governo Central | -95.065,0 | -743.087,0 | -31.211,0 | -62.334,0 | -648.023,0 | 682,0 | -31.123,0 | 100,0 |
| VII.1 Ajuste Metodológico Itaipu | 5.372,0 | 932,0 | 890,0 | 2,0 | -4.440,0 | -83,0 | -888,0 | -100,0 |
| VII.2 Ajuste Metodológico Caixa-Competência | 1.389,0 | 984,0 | -807,0 | -608,0 | -405,0 | -29,0 | 199,0 | -25,0 |
| VIII. Discrepância Estatística | -595,0 | -4.095,0 | -3.149,0 | -2.115,0 | -3.500,0 | 588,0 | 1.035,0 | -33,0 |
| IX. Resultado Primário do Governo Central (VI+VII+VIII) | -88.899,0 | -745.266,0 | -34.278,0 | -65.055,0 | -656.367,0 | 738,0 | -30.778,0 | 90,0 |
| Resultado Primário/PIB | -1,2 | -10,01 | -2,67 | -4,95 | - | - | - | - |

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

As contas do resultado Primário do Governo Central, em 2020, ficaram negativas em R\$ -743.087,21 milhões, contra um déficit de R\$ -95.064,60 em 2019. O déficit primário foi melhor que o previsto pela Secretaria Especial de Fazenda (a projeção para 2020 estava em R\$ 831,8 bilhões), mas ainda assim o resultado negativo foi um recorde histórico para um único ano.

A receita líquida registrou queda de R\$ 142,8 bilhões (-11%) e a despesa total cresceu R\$ 505,1 bilhões (+35%), quando comparados ao mesmo período de 2019. O resultado é decorrente da queda de receitas, devido à crise econômica e, do crescimento dos gastos extraordinários provocados pelo combate à covid-19.

No acumulado até dezembro de 2020, a Receita Total apresentou redução de R\$ -167,3 bilhões (-10%), frente ao mesmo período de 2019. Conforme o Tesouro Nacional, em relação ao recuo de R\$ -16,7 bilhões (-7%) do COFINS, o resultado foi decorrente detrs principais fatores: 1) da diminuição de 1,07% do volume de vendas, conforme estudos do [PMC-IBGE](#); 2) da queda de 7,41% no volume de serviços, de acordo com os dados do [PMS-IBGE](#), comparando-se o período entre dezembro de 2019 e novembro de 2020 com o de dezembro de 2018 e novembro de 2019 e; 3) decorrente também da queda na arrecadação dos principais segmentos econômicos, tendo em vista as medidas de restrição em razão da pandemia da Covid-19.

Em relação à Arrecadação Líquida para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS, o resultado negativo de R\$ 8,5 bilhões (-2%) foi influenciado principalmente pelo decréscimo da massa salarial e pelo aumento das compensações tributárias com débitos de receita previdenciária, em virtude da [Lei 13.670/18](#).¹

¹ No dia 30 de maio de 2018 foi publicada a Lei nº 13.670, que estabelece a reoneração da folha de pagamento para determinados setores da economia a partir do ano considerado. As empresas dos setores reonerados deixaram de utilizar os créditos tributários para a compensação de débitos de estimativas mensais do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica -IRPJ e da Contribuição

A variação da receita total também é explicada em grande parte pelo desempenho de concessões e permissões, que totalizaram decréscimo de R\$ -85,1 bilhões (-91%) em dezembro de 2020. O resultado deriva basicamente das concessões e permissões, que totalizaram R\$ 88,5 bilhões em dezembro de 2019 e se relacionaram à cessão onerosa (R\$ 73,1 bi), à 16ª rodada de concessões de petróleo (R\$ 9,3 bi) e à sexta rodada de partilha pré-sal (R\$ 5,3 bilhões).

Referente às Transferências por Repartição de Receitas, segundo o Tesouro Nacional, a queda de R\$ -24,5 bilhões (-9%) para FPM / FPE / IPI-EE é consequência do declínio simultâneo na arrecadação do IR e IPI, em comparação ao 6º bimestre de 2019.

As Despesas Totais do Governo Central somaram R\$ 505.180 milhões (35%) para o ano de 2020. A elevação se deve aos gastos extras para o combate à crise provocada pela pandemia da Covid-19 e pelo adiamento dos gastos para 2021 que seriam executados como restos a pagar no início do ano.

Os recursos destinados à Previdência Social somaram R\$ 663,904 milhões apresentando um crescimento de 6%, explicado pela calamidade pública e pela reforma da Previdência. Já a implementação do Programa Emergencial de Suporte a Empregos – PESE e do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito contribuiu para o aumento de R\$ 9,8 bilhões (+89%) em Subsídios, Subvenções e Proagro. O aumento dos recursos também fez parte das medidas adotadas para a atenuação das consequências econômicas e sociais resultantes do estado de calamidade pública em razão da pandemia do Coronavírus.

Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, implicando o retorno desses setores ao recolhimento de contribuição previdenciária sob folha de pagamento.



Segundo o Tesouro Nacional, o decréscimo de R\$ -56 bilhões (-34%) das despesas discricionárias (não obrigatórias) em dezembro de 2020 resulta do pagamento de R\$ 34,4 bilhões à Petrobrás em razão da revisão do contrato de cessão onerosa, em dezembro de 2019. Soma-se a isto o aumento do capital de R\$ 10,1 bilhões para empresas estatais não dependentes.

De acordo com o Instituto Fiscal Independente do Senado Federal - IFI, ao longo de 2020 o indicador é de queda, sinalizando que o governo irá manter a estratégia de diminuir cada vez mais as despesas discricionárias a fim de cumprir a regra do teto de gastos da União.

A principal razão pela preocupação com o crescimento do déficit público é o seu impacto sobre a atividade econômica do país que, por meio dos seus efeitos, pode se tornar instável economicamente, aumentando o risco de *default*, gerando desconfiança por parte de futuros investidores, exigindo juros mais elevados e afetando de forma negativa o nível de investimento, produção, emprego, renda e limitando o crescimento econômico.

A consequência imediata do resultado deficitário das contas é o aumento da dívida, pois o governo terá que tomar dinheiro emprestado para saldar os débitos. Além do endividamento, o resultado também pode acarretar o aumento da taxa básica de juros, inflação e desemprego.

É quase consenso entre os economistas considerar que o aumento da dívida em si não é um problema, mas o fator preocupante é o crescimento da relação entre a dívida pública e o PIB. Essa relação tende a variar conforme o crescimento do Produto Interno Bruto. Então, se a economia está crescendo, significa que o governo está arrecadando mais e, portanto, poderá arcar com dívidas maiores. Mas, se o déficit está crescendo e o PIB caindo, essa relação ficará mais desproporcional fazendo com que os investidores tenham a percepção de risco mais elevada e, por isso, passam a cobrar juros maiores para financiar o Tesouro Nacional.

A continuidade ou a permanência da concessão de auxílios sociais bem como programas de transferências de renda aos mais vulneráveis é um debate que deve ser feito.

Além disso, as agências de risco classificam um país como bom ou mau pagador a partir da expectativa de que aquele país pague as suas contas para atribuir suas avaliações de nota de rating. Com uma nota reduzida, perde-se o acesso a certas fontes de financiamento, como fundos que são aplicados apenas em países com grau de investimento maiores, aumentando o custo de captação de recursos para investimento.

Em resumo, a relação dívida/PIB é um “termômetro” utilizado para medir a atratividade do país. Se a dívida pública for muito elevada, o desejo de investimento naquele país diminui podendo provocar uma fuga no fluxo de capitais estrangeiros, que deixariam o país por conta dos possíveis impactos sobre a taxa de câmbio, que se desvalorizaria.

Outro ponto a ser discutido é sobre o gasto social que precisa ser realizado em bases sustentáveis. Os benefícios de programas de políticas sociais são claros, pois o retorno do recurso público

beneficia a sociedade e os cidadãos que, de fato, precisam do suporte do Estado.

A continuidade ou a permanência da concessão de auxílios sociais, bem como programas de transferências de renda aos mais vulneráveis, é um debate que deve ser enfrentado. Por outro lado, é necessário que exista a compensação pela diminuição de outras despesas ou aumento da carga tributária.

Discutir sobre novos programas sociais sem apontar as fontes que compensam esse financiamento, tende a deteriorar a situação das contas públicas, bem como provocar um aumento na taxa de juros e aumento da carga tributária. O resultado dessa equação se traduziria em uma economia com menores investimentos, baixa geração de emprego, queda da renda e aumento da pobreza.

Neste contexto, entende-se que a dívida pública é uma dívida que nunca será totalmente paga. Os governos devem buscar uma gestão fiscal eficiente, e discutir os benefícios do controle das despesas públicas é imprescindível, ainda mais em um momento no qual o Brasil necessita expandir os gastos e, consequentemente, aumentar as dívidas.

Aumentar a qualidade do gasto público, além de preservar o controle das contas, é passo essencial para manter a sustentabilidade do financiamento das políticas públicas existentes.

As despesas do Governo Central relacionadas ao combate ao Covid-19 são apresentadas na tabela seguinte, mostrando que o direcionamento na execução dos “Créditos Extraordinários (exceto PAC)” destinados ao enfrentamento da COVID-19 concentrou-se no Auxílio Emergencial às Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, que totalizou R\$ 293,1 bilhões, e no Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda, totalizando R\$ 33,4 bilhões, ambos referentes ao acumulado de fevereiro a dezembro de 2020.

Como citado anteriormente, a receita total apresentou redução de R\$ 167,3 bilhões (-10%) em termos nominais, frente ao mesmo período de 2019. De acordo com o Tesouro Nacional, as principais variações na receita são explicadas pelos efeitos macro da pandemia do Covid-19 sobre o Imposto de Renda; a perda de arrecadação decorrente da redução a zero das alíquotas aplicáveis do IOF nas operações de crédito; variações reais negativas nos volumes de vendas e serviços em razão da pandemia, afetando o COFINS e PIS/PASEP; redução da massa salarial que por consequência afetou a Arrecadação Líquida para o RGPS; concessões e permissões, tal como a cessão onerosa em dezembro de 2019; antecipação, em 2019, de pagamentos de dividendos do BNDES e da CEF e o efeito conjunto do preço internacional do petróleo, câmbio e produção.



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

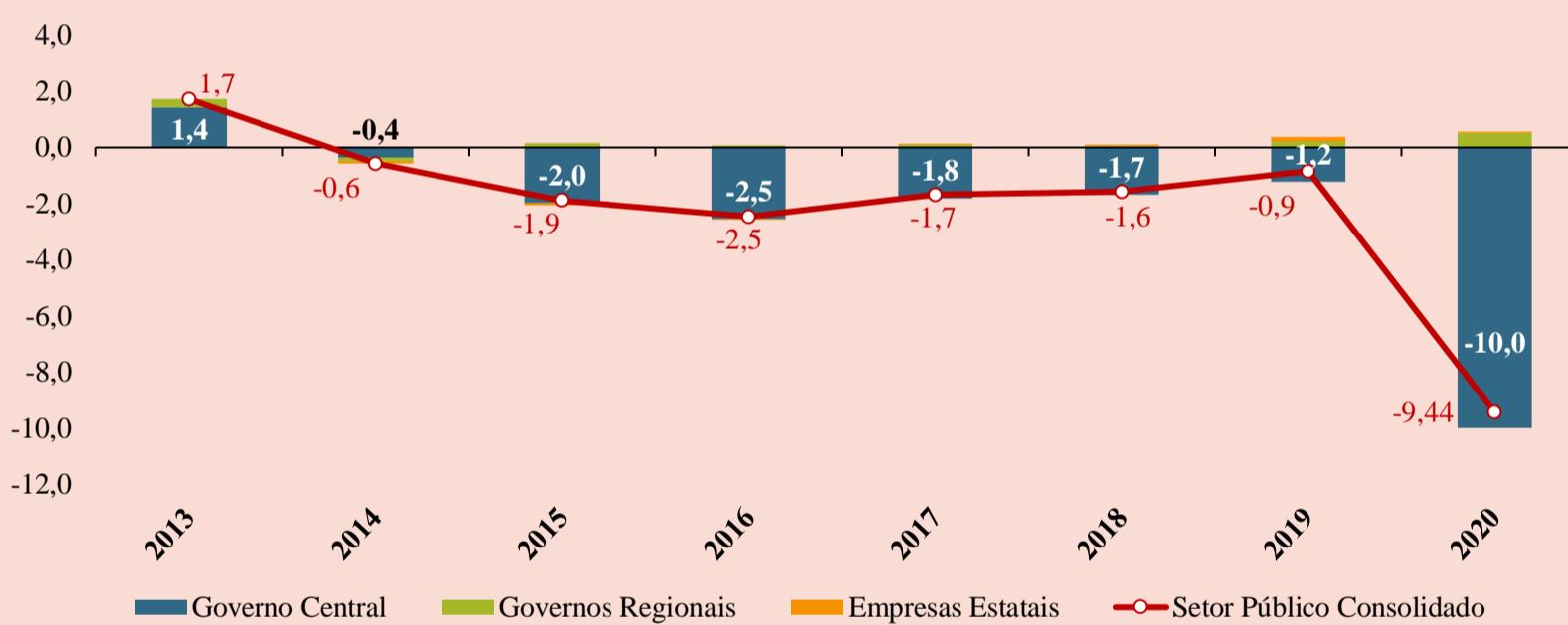
Despesas do Governo Central relacionadas ao combate ao COVID-19 em R\$ Milhões (apuradas pelo critério de valor pago)

| Discriminação | fev/20 | mar/20 | abr/20 | mai/20 | jun/20 | jul/20 | ago/20 | set/20 | out/20 | nov/20 | dez/20 | Total |
|---|------------|--------------|---------------|---------------|---------------|----------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
| I. DESPESAS PRIMÁRIAS | 0,1 | 1.038 | 59.405 | 53.358 | 96.821 | 62.761 | 93.103 | 73.498 | 28.931 | 18.487 | 33.538 | 520.941 |
| Pessoal e Encargos Sociais - Ativo civil | - | - | - | 1 | 8 | 21 | 41 | 31 | 10 | 52 | 80 | 244 |
| Desp. Adicionais do Min. da Saúde e Demais Ministérios | - | - | - | 1 | 8 | 21 | 41 | 31 | 10 | 52 | 80 | 244 |
| Apoio Fin. Municípios / Estados | - | - | 1.030 | 937 | 19.676 | 18.295 | 15.235 | 19.334 | 3.617 | 123 | - | 78.247 |
| Auxílio Emergencial aos Estados, Municípios e DF | - | - | 1.030 | 937 | 19.676 | 18.295 | 15.235 | 19.334 | 3.617 | 123 | - | 78.247 |
| Créditos Extraordinários (exceto PAC) | 0,1 | 1.038 | 40.973 | 52.164 | 76.879 | 57.518 | 64.719 | 49.081 | 31.398 | 22.046 | 33.226 | 429.044 |
| Ampliação do Programa Bolsa Família | - | - | 113 | 144 | 112 | - | - | - | - | - | - | 369 |
| Aux. Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade | - | - | 35.781 | 41.077 | 44.682 | 45.875 | 45.339 | 24.182 | 21.045 | 17.795 | 17.330 | 293.105 |
| Benefício Emerg. de Manutenção do Emprego e da Renda | - | - | 325 | 6.506 | 7.113 | 4.292 | 4.093 | 3.320 | 3.101 | 2.537 | 2.209 | 33.497 |
| Desp. Adicionais do Min. da Saúde e Demais Min. | 0,1 | 1.038 | 4.754 | 4.437 | 4.072 | 7.351 | 10.287 | 3.295 | 1.422 | 1.706 | 3.399 | 41.760 |
| Cotas dos Fundos Garantidores de Op. e de Crédito | - | - | - | - | 20.900 | - | 5.000 | 17.000 | 5.000 | - | 10.193 | 58.093 |
| Aquisição de Vacinas | - | - | - | - | - | - | - | 1.284 | 831 | 8 | 95 | 2.218 |
| Demais Subsídios e Subvenções | - | - | 17.000 | - | - | -13.090 | 13.090 | 5.000 | -6.116 | -4.077 | - | 11.807 |
| Programa Emergencial de Suporte a Empregos - PESE | - | - | 17.000 | - | - | -13.090 | 13.090 | - | -6.116 | -4.077 | - | 6.807 |
| Programa Emergencial de Acesso a Crédito - Maquininhas | - | - | - | - | - | - | - | 5.000 | - | - | - | 5.000 |
| Transferências Multas ANEEL | - | - | 400 | 250 | 250 | - | - | - | - | - | - | 900 |
| Transferência para a Conta de Desenvolvimento Energético | - | - | 400 | 250 | 250 | - | - | - | - | - | - | 900 |
| Obrigatórias com Controle de Fluxo | - | - | - | - | - | 4 | 1 | 36 | 3 | 310 | 140 | 496 |
| Despesas Adicionais do Min. da Saúde e Demais Ministérios | - | - | - | - | - | 4 | 1 | 36 | 3 | 310 | 140 | 496 |
| Discretionárias | - | - | 2 | 5 | 7 | 13 | 17 | 16 | 19 | 33 | 92 | 204 |
| Despesas Adicionais do Min. da Saúde e Demais Ministérios | - | - | 2 | 5 | 7 | 13 | 17 | 16 | 19 | 33 | 92 | 204 |
| II. DESPESAS FINANCEIRAS | - | - | - | - | -379 | 9 | 30 | 156 | 196 | 653 | 1.654 | 3.077 |
| III. DESPESAS TOTAIS "COVID-19" (I + II) | 0,1 | 1.038 | 59.405 | 53.358 | 97.200 | 62.770 | 93.133 | 73.654 | 29.127 | 19.140 | 35.192 | 524.018 |

FONTE: STN.

II) Resultado Primário do Setor Público Consolidado

Evolução do Resultado Primário do Setor Público Consolidado em % do PIB de 2013 até 2020



Sob os efeitos econômicos da pandemia do novo coronavírus, as estatísticas fiscais divulgadas pelo Banco Central (BC) mostram que o déficit do setor público consolidado foi de R\$ 51,8 bilhões em dezembro de 2020.

O Governo Central respondeu por um déficit de R\$ 44,7 bilhões no período, enquanto os governos regionais e as empresas estatais seguiram a mesma tendência e registraram déficits de R\$ 5,9 bilhões e R\$ 1,3 bilhão, respectivamente. Em dezembro de 2019, o resultado havia sido deficitário em R\$ 13,5 bilhões.

O resultado primário do setor público consolidado fechou 2020 em um déficit de R\$ 703 bilhões, o que correspondeu a 9,44% do PIB, frente a um déficit de R\$ 61,9 bilhões, o equivalente a 0,9% do PIB em 2019.

O resultado foi considerado o pior da série histórica do Banco Central iniciada em 2001 e foi correspondente ao desfecho deficitário de R\$ 745,3 bilhões no Governo Central (10,0% do PIB), e de superávits de R\$ 38,7 bilhões (0,52% do PIB) nos governos regionais e de R\$ 3,6 bilhões (0,05% do PIB) nas empresas estatais. É importante frisar que em função da pandemia

da Covid-19, em 2020, o governo federal e os governos regionais enfrentaram forte retração das receitas, que se configurou em uma recessão econômica enquanto os gastos públicos tiveram aumento extraordinário em razão das medidas necessárias no combate à pandemia.

Ainda segundo o Banco Central do Brasil (BCB), os juros nominais do setor público consolidado, apropriados por competência, somaram R\$ 24 bilhões em dezembro, frente a R\$ 24,9 bilhões no mesmo mês de 2019.

O acumulado de janeiro a dezembro de 2020 atingiu para juros nominais o patamar de R\$ 312,4 bilhões (4,22% do PIB), em comparação aos R\$ 367,3 bilhões (4,96% do PIB) do mesmo período de 2019, que teve grande parte da evolução explicada pela redução dos juros básicos da economia, a Selic.

Já o resultado nominal do setor público consolidado, formado pelo resultado primário e os gastos com juros, foi negativo em R\$75,8 bilhões em dezembro. O ano de 2020 fechou com déficit nominal de R\$ 1,01 trilhão ante aos R\$ 429,1 bilhões registrados em 2019.



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

Levando-se em consideração a proporção do PIB, o resultado negativo foi equivalente a 13,7% em 2020 contra 5,79% do ano anterior. Em 2020, o déficit nominal do setor público consolidado teve um crescimento de 13,70% do PIB que pode ser explicado pelo aumento do déficit primário. Os juros nominais, que mantiveram redução desde 2016, atingiram 4,22% do PIB, o menor valor da série histórica iniciada em 2002, conforme o BCB.

A Dívida Líquida do Setor Público – DLSP variou de R\$ 4,56 (61,8% do PIB) trilhões em novembro para R\$ 4,67 trilhões (63% do PIB) em dezembro, elevando-se 1,3 p.p do PIB no mês. De acordo com o BC, o resultado é proveniente dos impactos do déficit primário (+ 0,7 p.p.), da valorização cambial de 2,5% (+ 0,5 p.p.), dos juros nominais apropriados (+ 0,3 p.p.), do ajuste da paridade da cesta de moedas da dívida externa líquida (- 0,1 p.p.) e da variação do PIB nominal (- 0,1 p.p.).

No acumulado do ano, a relação DLSP/PIB cresceu 8,5 p.p., proveniente principalmente do déficit primário (+9,5 p.p.), despesas com juros (+4,2 p.p.) e da variação cambial de 28,9% (- 4,3 p.p.).

A Dívida Bruta do Governo Geral – DBGC, que contabiliza apenas os passivos dos governos federal, estaduais e municipais, saiu de R\$ 6,55 trilhões em novembro para R\$ 6,61 trilhões em

dezembro. Os resultados equivalem a uma variação de 88,7% para 89,3% do PIB e é correspondente a um aumento de 0,6 p.p. do PIB em relação ao mês de novembro.

De acordo com o Banco Central, a variação da Dívida Bruta do Governo Central pode ser explicada pela incorporação de juros nominais (+0,5 p.p.), pelas emissões líquidas de dívida (+0,4 p.p.), e pela redução da valorização cambial (-0,2 p.p.), e pela variação do PIB nominal (-0,2 p.p.).

Em relação ao acumulado de 2020, houve aumento de 15,0 p.p. na relação DBGG/PIB em relação a 2019, fruto da alta das emissões líquidas de dívida (+ 9,1 p.p.), da incorporação de juros nominais (+ 4,7 p.p.), e da desvalorização cambial acumulada (+ 1,3 p.p.), segundo o BC.

A Instituição Fiscal Independente – IFI projeta para 2021 um déficit primário próximo a R\$ 218,3 bilhões, mas ressalta que, de acordo com as informações do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), essa perspectiva deve aumentar, saltando para um valor de R\$ 247,1 bilhões em 2021. As condições causadas pela segunda onda da Covid-19 e o acontecimento de eventos não previstos podem agravar ainda mais a situação socioeconômica do país.

III) Finanças Públicas Maranhenses

a. Receitas

Comparativo das Receitas Estaduais do Maranhão do 6º bimestre de 2019 e 2020 e acumulados até o período - Valores em milhões, variação em (%)

| Descrição | Acum. do Ano | | 6º bimestre | | 2020/2019 | Var. % | 6º bi20/ 6º bi19 | Var. Abs. 2020-2019 | 6º bi20- 6º bi19 |
|--|------------------|------------------|-----------------|-----------------|---------------|----------------|---------------------|------------------------|---------------------|
| | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | | | | | |
| Receitas Correntes | 19.839,80 | 21.561,44 | 4.167,20 | 4.057,04 | 8,68 | -2,64 | 1.721,65 | -110,15 | |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 9.466,57 | 9.745,09 | 1.877,84 | 1.867,59 | 2,94 | -0,55 | 278,52 | -10,25 | |
| ICMS | 7.831,04 | 8.143,97 | 1.517,86 | 1.557,29 | 4,00 | 2,60 | 312,93 | 39,43 | |
| IPVA | 424,53 | 463,30 | 17,11 | 38,26 | 9,13 | 123,55 | 38,76 | 21,14 | |
| ITCD | 18,54 | 22,52 | 2,69 | 6,42 | 21,44 | 138,49 | 3,98 | 3,73 | |
| IRRF | 805,48 | 801,26 | 278,63 | 211,01 | -0,52 | -24,27 | -4,22 | -67,62 | |
| Taxes | 325,92 | 314,05 | 48,44 | 54,61 | -3,64 | 12,74 | -11,87 | 6,17 | |
| Outros Impostos | 61,05 | 0,00 | 13,10 | 0,00 | -100,00 | -100,00 | -61,05 | -13,10 | |
| Contribuições | 630,11 | 763,79 | 179,41 | 239,13 | 21,21 | 33,29 | 133,67 | 59,72 | |
| Receita de Serviços | 6,55 | 3,88 | 3,06 | 3,14 | -40,79 | 2,65 | -2,67 | 0,08 | |
| Receita Patrimonial | 64,27 | 82,91 | 7,42 | 22,72 | 29,01 | 206,38 | 18,64 | 15,30 | |
| Transferências Correntes | 9.500,71 | 10.689,38 | 2.069,26 | 1.855,59 | 12,51 | -10,33 | 1.188,67 | -213,67 | |
| CIDE | 24,71 | 22,05 | 0,00 | 0,00 | -10,78 | 0 | -2,66 | 0,00 | |
| FPE | 6.981,62 | 6.696,41 | 1.318,01 | 1.386,86 | -4,09 | 5,22 | -285,21 | 68,85 | |
| SUS | 399,40 | 692,01 | 76,40 | 90,08 | 73,26 | 17,90 | 292,61 | 13,68 | |
| FUNDEB TOTAL | 1.501,09 | 1.394,07 | 268,60 | 218,18 | -7,13 | -18,77 | -107,01 | -50,41 | |
| FUNDEB - Complementação | 718,59 | 674,41 | 120,86 | 73,79 | -6,15 | -38,95 | -44,17 | -47,07 | |
| FUNDEB - Principal | 782,50 | 719,66 | 147,74 | 144,40 | -8,03 | -2,26 | -62,84 | -3,34 | |
| Outras Transferências Correntes | 593,89 | 1.884,84 | 406,25 | 160,46 | 217,37 | -60,50 | 1.290,95 | -245,79 | |
| Outras Receitas Correntes | 171,59 | 276,40 | 30,21 | 68,87 | 61,08 | 127,98 | 104,81 | 38,66 | |
| Rec. Correntes Intra-Orçamentárias | 916,68 | 832,77 | 195,60 | 250,12 | -9,15 | 27,87 | -83,91 | 54,52 | |
| Receitas de Capital | 358,31 | 296,94 | 151,92 | -26,27 | -17,13 | -117,29 | -61,36 | -178,19 | |
| Operações de Crédito | 292,64 | 182,39 | 126,41 | 12,59 | -37,67 | -90,04 | -110,25 | -113,81 | |
| BID/PROFISCO | 21,69 | 22,56 | 5,37 | 12,59 | 4,03 | 134,31 | 0,87 | 7,22 | |
| Banco do Brasil/BNDES/Gov. do Estado | 133,74 | 158,47 | 0,00 | 0,00 | 18,49 | 0 | 24,72 | 0,00 | |
| Caixa Econômica Federal | 137,21 | 1,37 | 121,03 | 0,00 | -99,00 | -100,00 | -135,85 | -121,03 | |
| Alienação de Bens | 2,43 | 4,27 | 1,88 | 1,12 | 75,47 | -40,58 | 1,84 | -0,76 | |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0 | 0 | 0,00 | 0,00 | |
| Transferências de Capital | 8,26 | 8,92 | 0,45 | -55,46 | 8,00 | -12.433,76 | 0,66 | -55,91 | |
| Outras Receitas de Capital | 54,97 | 101,36 | 23,18 | 15,48 | 84,38 | -33,20 | 46,39 | -7,70 | |
| Receitas Intra-Orçamentárias de Capital | 103,53 | 172,00 | 0,00 | 0,00 | 66,14 | 0 | 68,47 | 0,00 | |
| Deduções (-) | 4.582,48 | 4.624,93 | 847,70 | 879,50 | 0,93 | 3,75 | 42,44 | 31,81 | |
| Total Geral | 16.635,83 | 18.238,23 | 3.667,02 | 3.401,39 | 9,63 | -7,24 | 1.602,40 | -265,63 | |

Fonte: BI-SEPLAN/MA

Desde o início da pandemia em 2020, houve tendência geral de decréscimo nas arrecadações das receitas, principalmente nos primeiros meses do ano. Porém, corroborando com a expectativa de recuperação da atividade econômica, após a flexibilização das medidas mais restritivas para contenção da pandemia, mencionada no relatório do 5º bimestre, as Receitas

Correntes estaduais cresceram 8,68% em comparação ao ano de 2019, explicada sobretudo pela concessão dos auxílios governamentais para atenuar os efeitos da crise sobre as finanças públicas.

Atrelado a este resultado, é evidenciado a recuperação da arrecadação de ICMS, depois do recuo entre abril e junho, que



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

também contribui de forma significativa para dinâmica da Receita Corrente. Ademais, no acumulado do ano, o peso do ICMS em relação à Receita Corrente ultrapassou o peso do FPE, devido tanto a menores Transferências do FPE – resultado de menor arrecadação da União, como, do crescimento na arrecadação de ICMS.

Somou-se a isto os auxílios emergenciais que compensaram em relação à 2019, as perdas decorrentes da desaceleração econômica, contribuindo para o aumento das receitas em 2020.

O 6º bimestre teve uma queda de R\$ 265 milhões na receita total. As Receitas Correntes apresentaram recuo de R\$ -110,15 milhões (-2,64%) no 6º bimestre de 2020, ante o mesmo período do ano anterior. O resultado foi influenciado pela queda do IRRF (-24,27%) e pelo recuo das transferências da complementação do Fundeb (-38,95%).

Destaque também para Outras Transferências Correntes com resultado negativo de (-R\$ 245,79 milhões; -60,5%), explicada em grande parte pela queda dos Recursos Oriundos da Cessão Onerosa do Pré-sal (-R\$ 274 milhões; -100%) e para as Receitas de Capital que apresentou queda de (-R\$178,19 milhões; -117,29%) em função do decréscimo nas operações de crédito (-R\$113,81 milhões; -90,04%)

i. Receitas de Transferências

O ano de 2020 contou com conjunto de medidas emergenciais adotadas pelo Governo Federal no sentido de combater os efeitos da pandemia da Covid-19, em que houve um aumento dos gastos para mitigar as consequências da crise, através da implementação da [Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020](#), dentre outras medidas.

A lei estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, que dentre outras modificações, destacam-se no âmbito fiscal as alterações na [Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#). Com base na LC nº173, o Maranhão recebeu o equivalente a R\$ 983,89 milhões, entre junho e setembro, conforme dados do [Governo Federal](#).

Os auxílios financeiros se configuraram em medidas de reforço visando compensar as perdas, sobretudo no FPE, decorrentes da desaceleração econômica e contribuir para a manutenção das políticas de saúde e assistência social.

Em relação ao 6º bimestre do ano passado, as Transferências Correntes caíram cerca de -10,33% (o que representa uma queda de -R\$ 213,67 milhões). Já no acumulado do ano, registrou-se alta de +R\$ 1.188,67 milhões; +12,51%, em relação ao mesmo período de 2019. Como mencionado no relatório do 5º bimestre, as medidas extraordinárias por meio das Transferências Correntes foram

ii. Receitas Tributárias

A piora no recolhimento de tributos em todo o país ocorreu em razão de uma combinação de fatores. Por um lado, as receitas sofreram forte queda, principalmente no 2º e 3º bimestres, em razão do enfraquecimento da atividade econômica e de diferimentos de tributos praticados pelo Governo Estadual para melhorar a situação de caixa das empresas.

Acerca do recolhimento tributário, além da contribuição do ICMS, o crescimento na arrecadação no 6º bimestre é explicado também pela postergação do pagamento do IPVA, que teve seu calendário alterado como medida protetiva a pandemia no estado.

O resultado do 6º bimestre foi uma variação de +R\$ 21,14 milhões (+123,55%) frente ao mesmo período de 2019. Sendo assim, o 6º bimestre não foi diferente no que diz respeito à tendência de crescimento nas receitas tributárias.

Em contrapartida, o recolhimento de ICMS teve desempenho bastante favorável no resultado das Receitas Tributárias, fechando o ano com variação de +R\$ 312,93 milhões, crescimento de 4,0% em relação a 2019, indicando tendência de recuperação.

O saldo positivo da Receita Total também foi influenciado pelas Transferências do SUS. No comparativo anual a variação foi +R\$ 292,61 representado por uma significativa evolução de +73,26%, em relação a 2019. Os elevados gastos extraordinários em função da emergência de saúde pública justificam o aumento das transferências no ano.

No comparativo entre 2019 e 2020, o crescimento total, ao considerar as deduções, foi de 9,63%, ou R\$ 1.602,40 milhões. Os indicadores mostram que esse padrão de crescimento deve continuar nos meses seguintes, ainda que em ritmo moderado, o que não descarta a incerteza sobre o ritmo de recuperação econômica por questões relacionadas aos casos de novas cepas do vírus e pela expectativa de avanço de medidas de imunização da população.

essenciais para manter as receitas com saldo positivo e evitar um desequilíbrio no fechamento das contas.

Os repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE) registraram sucessivas quedas em 2020, principalmente por conta de baixas na arrecadação de impostos federais e em virtude da desaceleração econômica, agravadas pela pandemia do novo coronavírus. Os resultados continuaram apresentando tendência de retração no acumulado de 2020, no qual a queda foi de R\$ -285,21 milhões, o que correspondeu a um decréscimo de -4,09% em relação a 2019.

De igual modo, seguindo a tendência de queda, as transferências do FUNDEB caíram R\$ -107,01 milhões, representado por -7,13% em relação ao acumulado do ano anterior. Por outro lado, indo contra a tendência de queda dos repasses e explicada pela calamidade pública, os repasses do Sistema Único de Saúde - SUS acumularam até dezembro de 2020 um total de R\$ 692,01 milhões, uma diferença de R\$ 292,61 milhões representado por aumento de +73,26%, frente aos R\$ 399,40 milhões de 2019, mostrando que as transferências intergovernamentais desempenharam um papel de destaque na área de saúde.

Pelos motivos já mencionados anteriormente, no comparativo do bimestre, as Receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria registraram queda de -0,55%, o que representou -R\$ 10,25 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior.

No entanto, ainda assim o acumulado do ano manteve saldo positivo e registrou variação de +R\$278,52 milhões (+2,94%) em relação a 2019. Dentre as receitas, destaca-se o ICMS (R\$ 312,93 milhões; +4,00%) que representa o principal componente dos tributos e impulsionado pela concessão de auxílios emergenciais, foi favorecido pela retomada gradual da atividade econômica no Estado.



Arrecadação de ICMS por Setor e Grupo de Atividade Econômica, valores nominais em R\$ Milhões – Acumulado de jan. a ago. de 2019 e 2020 e 6º bimestre de 2019 e 2020

| Setor Econ. e Grupo de Atividade | Acumulado do Ano de Jan-Dez | | 6º Bimestre | | Var. Absoluta | | Var. % | |
|----------------------------------|-----------------------------|----------------|----------------|----------------|---------------|--------------|--------------|-------------|
| | 2019 (a) | 2020 (b) | 2019 (c) | 2020 (d) | (b)-(a) | (d)-(c) | (b)/(a) | (d)/(c) |
| Primário | 53,2 | 55,0 | 8,4 | 9,4 | 1,8 | 1,0 | 3,4 | 11,8 |
| Agricultura | 19,0 | 16,3 | 3,2 | 3,7 | -2,6 | 0,5 | -13,8 | 14,7 |
| Pecuária | 31,4 | 35,6 | 4,8 | 5,1 | 4,2 | 0,3 | 13,3 | 5,9 |
| Pesca e Aquicultura | 0,7 | 0,5 | 0,1 | 0,1 | -0,2 | -0,0 | -24,8 | -25,6 |
| Produção Florestal | 2,2 | 2,6 | 0,2 | 0,5 | 0,4 | 0,3 | 19,8 | 107,1 |
| Secundário | 2.434,2 | 1.852,1 | 303,4 | 367,9 | -582,1 | 64,5 | -23,9 | 21,2 |
| Combustível | 1.191,5 | 466,8 | 66,9 | 68,4 | -724,7 | 1,5 | -60,8 | 2,2 |
| Energia Elétrica | 15,3 | 29,9 | 3,8 | 5,3 | 14,7 | 1,6 | 96,0 | 42,0 |
| Indústria de Transformação | 1.195,7 | 1.325,6 | 228,0 | 289,9 | 130,0 | 61,9 | 10,9 | 27,2 |
| Indústria Extrativista | 28,9 | 26,8 | 4,1 | 3,2 | -2,2 | -0,9 | -7,5 | -21,4 |
| Indústria - Outras | 2,9 | 2,9 | 0,6 | 1,0 | 0,1 | 0,3 | 2,1 | 54,2 |
| Terciário | 5.240,2 | 6.070,3 | 1.181,6 | 1.137,2 | 830,1 | -44,4 | 15,8 | -3,8 |
| Combustível | 1.451,4 | 1.602,5 | 498,7 | 278,9 | 151,0 | -219,8 | 10,4 | -44,1 |
| Comércio Atacadista | 1.148,2 | 1.466,4 | 207,1 | 295,2 | 318,2 | 88,1 | 27,7 | 42,6 |
| Comércio Varejista | 1.062,0 | 1.247,6 | 193,3 | 256,4 | 185,6 | 63,1 | 17,5 | 32,7 |
| Energia Elétrica | 883,9 | 867,5 | 154,2 | 171,1 | -16,4 | 16,9 | -1,9 | 10,9 |
| Outros Serviços | 95,3 | 112,6 | 17,9 | 23,5 | 17,3 | 5,5 | 18,2 | 30,8 |
| Serviços de Comunicação | 385,8 | 413,0 | 66,4 | 75,3 | 27,3 | 8,9 | 7,1 | 13,4 |
| Serviços de Transporte | 213,6 | 360,7 | 43,8 | 36,8 | 147,1 | -7,1 | 68,9 | -16,1 |
| TOTAL | 7.727,6 | 7.977,4 | 1.493,4 | 1.514,5 | 249,8 | 21,1 | 3,2 | 1,4 |

Fonte: BI-SEFAZ/MA

Além do ICMS, o IPVA apresentou variação de +R\$ 21,14 milhões (+123,55%) em relação ao 6º bimestre do ano anterior, contribuindo também para o saldo positivo das receitas tributárias, que, no acumulado de 2020, cresceram 9,13% o que representou um acréscimo de + R\$ 38,76 milhões. A elevação no bimestre, é explicada pela alteração no prazo pagamento visando amenizar os impactos da crise.

Neste sentido, a tabela acima apresenta a arrecadação de ICMS por setor e grupo de atividade econômica, seguindo os códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE e conforme regime de competência da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ.

O setor terciário, que compreende o segmento de maior arrecadação de ICMS, no acumulado de 2020 apresentou aumento de 15,8% (+R\$ 830 milhões) que, somado ao desempenho do setor primário (+1,82 milhões; +3,4%), compensaram a retração de -23,9% (- R\$ 582,1 milhões) do setor secundário.

Os principais fatores que influenciaram o aumento das receitas do setor terciário evidenciaram-se nos seguintes grupos de atividades:

- Combustível, com variação na arrecadação de 10,4% (R\$ +151 milhões); o destaque, olhando para as atividades econômicas, está no grupo de comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (TRR), na qual houve uma valorização de 17,9% (+R\$ 236 milhões). Essa variação derivou tanto da alta cambial, como da elevação dos preços dos combustíveis e recuperação econômica no segundo semestre de 2020.

- Atacadista, com variação de 27,7% (+R\$ 318,2 milhões). A relevância está principalmente no comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano com crescimento de 25% (+R\$ 40 milhões) que obviamente estavam diretamente relacionadas ao momento vivido pela população por conta da pandemia. Além disso, o crescimento também foi registrado no grupo de comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios, com crescimento de 58,5% (+R\$ 71 milhões). Mesmo com o impacto da Covid-19

sobre diversos setores econômicos, manteve ritmo de crescimento no 6º bimestre de 2020. A variação no bimestre foi de 37,3% (+R\$ 835 mil) em comparação ao mesmo período do ano passado.

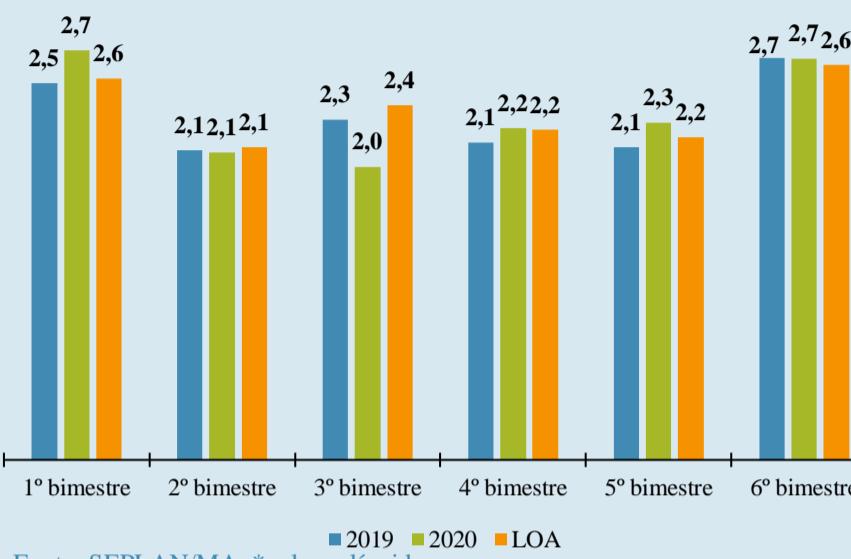
Por ser uma atividade essencial composta por bens de consumo de primeira necessidade, o segmento de alimentação foi pouco impactado pela crise.

- Varejista, com crescimento de 17,5% (+R\$ 186 milhões). O grupo de comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados registrou alta de 31,7% (+R\$ 67 milhões) no acumulado do ano considerado em relação a 2019. Por ser uma atividade essencial composta por bens de consumo de primeira necessidade, o segmento de alimentação foi pouco impactado pela crise. Além deste, destaca-se o grupo de lojas de departamentos ou magazines, exceto lojas francas (*Duty Free*), que apresentou alta de 32,8%, +R\$ 32 milhões em relação a 2019.



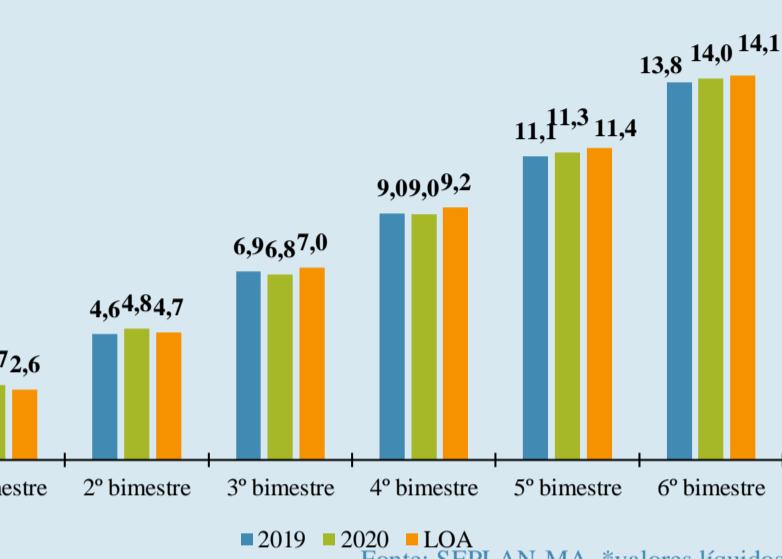
iii) Painel Receitas Realizadas x Orçado em LOA 2020

Comparativo entre Realizado 2019, LOA 2020 e realizado 2020* por bimestre até o 6º bi em R\$ bilhões



Fonte: SEPLAN/MA. *valores líquidos

Comparativo entre Acumulados Realizado 2019, LOA 2020 e realizado 2020* por bimestre até o 6º bi em R\$ bilhões



Fonte: SEPLAN-MA. *valores líquidos

Apesar do efeito sazonal existente no sexto bimestre, os resultados em 2020 sinalizaram não somente recuperação do desempenho fiscal maranhense como foram capazes de ultrapassar os valores orçados na LOA para o mesmo período, sinalizando recuperação econômica mais acentuada do que o esperado.

O 6º bimestre de 2020 somou para as principais receitas R\$ 2,69 bilhões, +1,9% em relação a LOA e se manteve praticamente constante em relação ao mesmo período de 2019 (-0,2%), acumulando no ano o total de R\$ 14,1 bilhões, frustração em relação ao esperado na Lei Orçamentária de R\$ 104,7 milhões (-0,7%).

Ao longo de 2020, a análise da evolução das receitas durante os bimestres permite reiterar o impacto na arrecadação nos meses de *lockdown* (principalmente 2º, 3º e 4ºbimestres) mas também pode-se observar no comparativo que há uma forte recuperação a partir do segundo semestre do ano no qual a arrecadação de ICMS consegue suprimir as anteriores perdas de receitas.

O ICMS em 2020, foi o tributo que mais gerou excesso em relação ao orçamento, registrando R\$ 82,2 milhões. Contudo, a principal receita que mitigou os impactos da pandemia foram as transferências adicionais do SUS, que somaram R\$ 264,3 milhões a mais em relação LOA.

Já no viés negativo, o Fundo de Participação dos Estados – FPE foi a receita que mais frustrou, somando R\$ 556,1 milhões, seguido das transferências do FUNDEB que registraram a frustração de R\$ 88,2 milhões. Essas transferências da União foram menores devido ao efeito da pandemia nos tributos que compõem base de cálculo para estes fundos e seus respectivos repasses.

Contudo, deve-se ressaltar, conforme demonstrado nos relatórios do 4º e 5º bimestres, que houve medidas da União de apoio aos entes federativos que visaram compensar as perdas de FPE, igualando ao nível de 2019, através de transferências extraordinárias.

Em um panorama geral, o quadro negativo da pandemia sob as finanças públicas maranhenses em relação ao orçamento teve seu maior impacto no início do ano, sendo mitigado ao ponto de nulificar o efeito negativo nas contas públicas de 2020.

Contudo, tais oscilações e incertezas provocadas pela pandemia, acabaram resultando em dificuldades gerenciais no aspecto financeiro, reduzindo, em alguns meses, o fluxo de caixa necessário para atender o planejamento e a calamidade pública, de tal forma, que a redução e o remanejo de despesas foram essenciais para a boa condução da política pública do Maranhão, que resultou no Estado com o menor índice de mortalidade por COVID.

Pode-se observar no comparativo que há uma forte recuperação a partir do segundo semestre do ano no qual a arrecadação de ICMS consegue suprimir as anteriores perdas de receitas

Excesso/frustração por bimestre e acumulado 2020* realizado x Orçado na LOA 2020

| Principais receitas | 1º bimestre | 2º bimestre | 3º bimestre | 4º bimestre | 5º bimestre | 6º bimestre | ANO |
|---------------------|-----------------------|------------------------|------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|------------------------|
| ICMS | 157.850.431,48 | 26.071.905,88 | -160.098.010,18 | 8.306.106,83 | 42.439.546,92 | 7.631.214,36 | 82.201.195,30 |
| IR | -26.141.222,94 | -10.155.685,74 | 7.219.776,27 | -16.710.730,97 | 66.281.260,85 | 41.807.715,18 | 62.301.112,65 |
| ITCD | 1.883.149,34 | -337.251,27 | 375.518,89 | 1.226.539,78 | 351.131,07 | 2.514.374,67 | 6.013.462,49 |
| IPVA | 8.466.944,61 | -17.779.046,38 | 2.708.132,18 | 17.528.473,80 | 9.525.794,25 | 3.837.287,08 | 24.287.585,53 |
| CIDE | -1.519.314,77 | -1.135.554,26 | -56.404,57 | -2.591.396,07 | 342.415,25 | 0,00 | -4.960.254,42 |
| Taxas | 17.876.965,42 | -2.055.697,90 | 4.861.542,07 | 31.571.617,05 | 27.557.825,16 | 25.545.232,88 | 105.357.484,67 |
| FPE | 11.739.388,16 | -100.968.243,63 | -312.785.880,49 | -101.489.210,75 | -51.747.710,96 | -809.548,58 | -556.061.206,26 |
| FUNDEB | 10.431.026,84 | 2.407.343,25 | -5.644.724,39 | -23.005.203,99 | -34.180.894,63 | -38.173.260,60 | -88.165.713,53 |
| SUS | 5.674.264,39 | 71.564.688,34 | 51.579.030,54 | 95.543.531,19 | 38.291.674,55 | 1.644.409,00 | 264.297.598,01 |
| Total | 186.261.632,53 | - 32.387.541,70 | -411.841.019,68 | 10.379.726,87 | 98.861.042,45 | 43.997.423,99 | -104.728.735,55 |

Fonte: SEPLAN/MA. *valores líquidos



b) Despesas

Comparativo das Despesas Estaduais do Maranhão do 6º bimestre de 2019 e 2020 e acumulados até o período – Valores em milhões, variação em (%)

| Descrição das Despesas | Acumulado do Ano de Jan-Dez | | 6º bimestre | | Var. % | | Var. Absoluta | |
|-----------------------------|-----------------------------|------------------|-----------------|-----------------|-----------------------|-----------------|-------------------------|-------------------|
| | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | jan-dez 20/jan-dez 19 | 6º bi20/6º bi19 | jan-dez 20 - jan-dez 19 | 6º bi20 - 6º bi19 |
| Despesas Correntes | 15.002,84 | 15.918,23 | 3.437,80 | 3.331,19 | 6,10 | -3,10 | 915,40 | -106,62 |
| Pessoal, e Encargos Sociais | 9.781,38 | 10.108,26 | 2.384,87 | 2.159,01 | 3,34 | -9,47 | 326,88 | -225,86 |
| Juros e Encargos da Dívida | 392,90 | 136,23 | 54,93 | 0,35 | -65,33 | -99,35 | -256,67 | -54,58 |
| Outras Despesas Correntes | 4.828,54 | 5.673,73 | 997,99 | 1.171,81 | 17,50 | 17,42 | 845,19 | 173,82 |
| Despesas de Capital | 1.929,22 | 2.026,16 | 340,19 | 501,63 | 5,02 | 47,46 | 96,94 | 161,44 |
| Investimentos | 1.196,03 | 1.283,31 | 262,93 | 161,80 | 7,30 | -38,46 | 87,27 | -101,13 |
| Inversões Financeiras | 104,24 | 459,18 | 0,71 | 335,27 | 340,50 | 46.999,22 | -354,94 | 334,56 |
| Amortização da Dívida | 628,94 | 283,66 | 76,54 | 4,56 | -54,90 | -94,04 | 345,28 | -71,99 |
| Total Geral | 16.932,06 | 17.944,40 | 3.778,00 | 3.832,83 | 5,98 | 1,45 | 1.012,34 | 54,83 |

Fonte: SEPLAN/MA

Em contínuo esforço para mitigar os efeitos da pandemia do SARS-COV-2, o Estado, ao longo do exercício de 2020, empreendeu iniciativas que, por meio de políticas fiscais expansionistas, visavam manter a demanda agregada em patamares saudáveis. Essas iniciativas, em sua maior parte, se configuraram dentro das despesas públicas estaduais como Investimento e Outras Despesas Correntes.

Nos investimentos, um dos principais focos foi a aquisição de materiais hospitalares e utensílios médicos, também houve pungentes investimentos em obras e instalações, principalmente em obras de infraestrutura e manutenção e pavimentação de vias, este último, auxilia na cobertura de um importante gargalo no que se refere ao escoamento de produção e movimentação do mercado, contribuindo para dinamizar a economia e reduzir custos logísticos.

Cabe ressaltar que a categoria de Investimentos no rol das despesas públicas tem como objetivo o retorno econômico positivo por meio do efeito multiplicador, o que pode resultar, dentre outras externalidades positivas, na melhora na arrecadação do Estado.

No que se refere às Outras Despesas Correntes, foi perceptível o protagonismo dos mais diversos auxílios governamentais – a exemplo das ajudas de custo, auxílio moradia, alimentação, estudantil, a pesquisadores, dentre outros – na manutenção de políticas anticíclicas, o custeio da saúde para combate dos efeitos da pandemia também teve importância crucial.

Na categoria, está inclusa a locação de mão-de-obra, que compreende a criação de postos de trabalho temporários para as mais diversas áreas, como a manutenção de equipamentos, apoio administrativo, fornecimento de alimentação, dentre outros. Essas contratações de caráter temporário também servem para manter o nível de emprego, mitigando o impacto negativo da pandemia na renda e no mercado interno.

No que concerne ao desempenho destas despesas públicas no acumulado de janeiro a dezembro de 2020 em relação ao mesmo período em 2019, houve aumento de 7,3% da despesa com Investimentos e de 17,5% nas Outras Despesas. Dessa forma, observou-se crescimento de R\$ 932 milhões nas contas públicas do Estado quando somado os dois grupos e compara-se com o exercício anterior.

Na parcela da despesa referente a Juros e Encargos foi registrado queda de -65,3% no período de janeiro a dezembro de 2020 em relação a 2019. Esse resultado decorre do adiamento de compromissos da dívida dos estados com a União que foi uma das

medidas que visavam atenuar os efeitos da pandemia. Uma queda em dimensão similar também pode ser observada nas amortizações, que no acumulado de 2020, registrou queda de pouco menos de -55% em relação a todo o exercício de 2019.

Em relação às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais, houve aumento de 3,34%, em 2020, em comparação com 2019, referentes principalmente a reajustes na folha de pagamento.

Na comparação entre bimestres, foi visível um decréscimo de -9,4%, isso se deve ao fato de que, em 2020, houve antecipação do pagamento de 13º, cuja primeira parcela foi paga em junho e a segunda em outubro.

No agregado, tanto a categoria de Despesas Correntes quanto a de Despesas de Capital apresentaram variações positivas no acumulado do ano, 6,10% e 5,02%, respectivamente.

Com relação às Despesas Correntes, a maior parte desta variação positiva foi capitaneada pelas Outras Despesas Correntes cujos destaques foram explanados acima.

Quanto às Despesas de Capital, a maior parte do incremento na despesa se deve às inversões financeiras que, em 2020, apresentaram variação de 340% em relação a 2019. Isso porque, em novembro de 2020, foram efetuados pagamentos de indenizações e restituições referentes a desapropriações de imóveis que somaram R\$ 274 milhões, além disso, no segundo semestre de 2020, foram gastos R\$ 161 milhões em Constituição e Aumento de Capital de empresas públicas.



Comparativo das Despesas Estaduais do Maranhão por função em 2019 e 2020 – Valores em milhões, variação e composição em (%)

| Função de Despesa | 2019 | 2020 | Var. % | Variação Absoluta | Composição % |
|-----------------------------|------------------|------------------|----------------|-------------------|---------------|
| Educação | 2.970,71 | 3.014,92 | 1,49% | 44,21 | 16,80% |
| Previdência Social | 2.924,13 | 2.932,86 | 0,30% | 8,73 | 16,34% |
| Saúde | 2.416,40 | 3.056,56 | 26,49% | 640,15 | 17,03% |
| Segurança Pública | 1.941,31 | 1.958,58 | 0,89% | 17,27 | 10,91% |
| Encargos Especiais | 1.194,91 | 881,87 | -26,20% | -313,04 | 4,91% |
| Judiciária | 1.178,64 | 1.226,87 | 4,09% | 48,24 | 6,84% |
| Administração | 1.104,91 | 1.201,61 | 8,75% | 96,70 | 6,70% |
| Essencial à Justiça | 689,51 | 757,40 | 9,85% | 67,89 | 4,22% |
| Legislativa | 569,57 | 609,25 | 6,97% | 39,69 | 3,40% |
| Direitos da Cidadania | 532,29 | 490,47 | -7,86% | -41,83 | 2,73% |
| Transporte | 460,21 | 447,53 | -2,75% | -12,68 | 2,49% |
| Assistência Social | 301,67 | 413,45 | 37,05% | 111,77 | 2,30% |
| Urbanismo | 224,36 | 461,22 | 105,57% | 236,86 | 2,57% |
| Agricultura | 134,94 | 135,72 | 0,58% | 0,79 | 0,76% |
| Cultura | 92,09 | 132,66 | 44,06% | 40,57 | 0,74% |
| Ciência e Tecnologia | 41,00 | 48,47 | 18,24% | 7,48 | 0,27% |
| Gestão Ambiental | 39,30 | 28,58 | -27,28% | -10,72 | 0,16% |
| Desporto e Lazer | 21,95 | 25,43 | 15,84% | 3,48 | 0,14% |
| Indústria | 21,58 | 28,71 | 33,05% | 7,13 | 0,16% |
| Trabalho | 18,26 | 19,89 | 8,95% | 1,63 | 0,11% |
| Comércio e Serviços | 18,04 | 28,24 | 56,54% | 10,20 | 0,16% |
| Habitação | 13,74 | 20,30 | 47,70% | 6,56 | 0,11% |
| Organização Agrária | 12,79 | 13,02 | 1,80% | 0,23 | 0,07% |
| Saneamento | 9,75 | 10,79 | 10,72% | 1,04 | 0,06% |
| Energia | 0,006 | - | - | 0 | 0 |
| TOTAL | 16.932,06 | 17.944,40 | 5,98% | 1.012,34 | 100% |

Fonte: SEPLAN/MA

Na tabela acima estão detalhadas as despesas por função, onde os destaques, em termos absolutos, tanto em 2019 quanto em 2020, são a Educação, a Previdência Social, a Saúde e a Segurança Pública.

Quando comparamos os dois anos, podem ser destacadas a variação das despesas com a Saúde, onde os gastos da SES tiveram variação relativa de +26,5% em relação a 2019, que é explicada pelo esforço de combate à SARS-COV-2, que inclui a contratação de profissionais de saúde, expansão da infraestrutura clínica-hospitalar, aquisição de equipamentos e utensílios, manutenção de hospitais de campanha, etc.

As despesas com Educação tiveram variação positiva de 1,5% apesar de toda a rede estadual estar funcionando na modalidade de ensino remoto, devido às unidades de ensino básico, bem como a Universidade Estadual do Maranhão ainda estarem operando com sua estrutura administrativa. Além disso, em 2020, a Rede Estadual, UEMA e a UEMASUL, distribuíram, por meio de edital, tablets e chips de internet para os alunos que não dispunham dos meios adequados para o acompanhamento das aulas remotas.

As despesas com Assistência Social tiveram aumento de 37%, despesas essas formadas, principalmente, pela aquisição e distribuição de proteção social de emergência, como máscaras, além da distribuição de 306 mil cestas básicas.

Na Ciência e Tecnologia foi notável o incremento de 18,24% em relação a 2019, totalizando R\$ 48,4 milhões, dos quais, R\$ 40,4 milhões foram em bolsas de pesquisa da FAPEMA, tal valor pôs a agência no Top 10 das que mais investem em pesquisa científica no Brasil, tornando o Maranhão o 4º Estado que mais investe neste segmento em todo o país.

Foram 1.344 bolsas financiadas pela FAPEMA em 2020, com destaque para as bolsas de “Chamada Pública Emergencial de Fomento à Pesquisa no Enfrentamento à Pandemia e Pós-Pandemia do Covid-19” e de “Chamada Pública Emergencial de Discentes e Profissionais da Saúde”.

Em relação à função Cultura, a variação de 44,06% observada é explicada pelo suporte dado pelo Estado aos artistas que, em função da suspensão de eventos como medida de

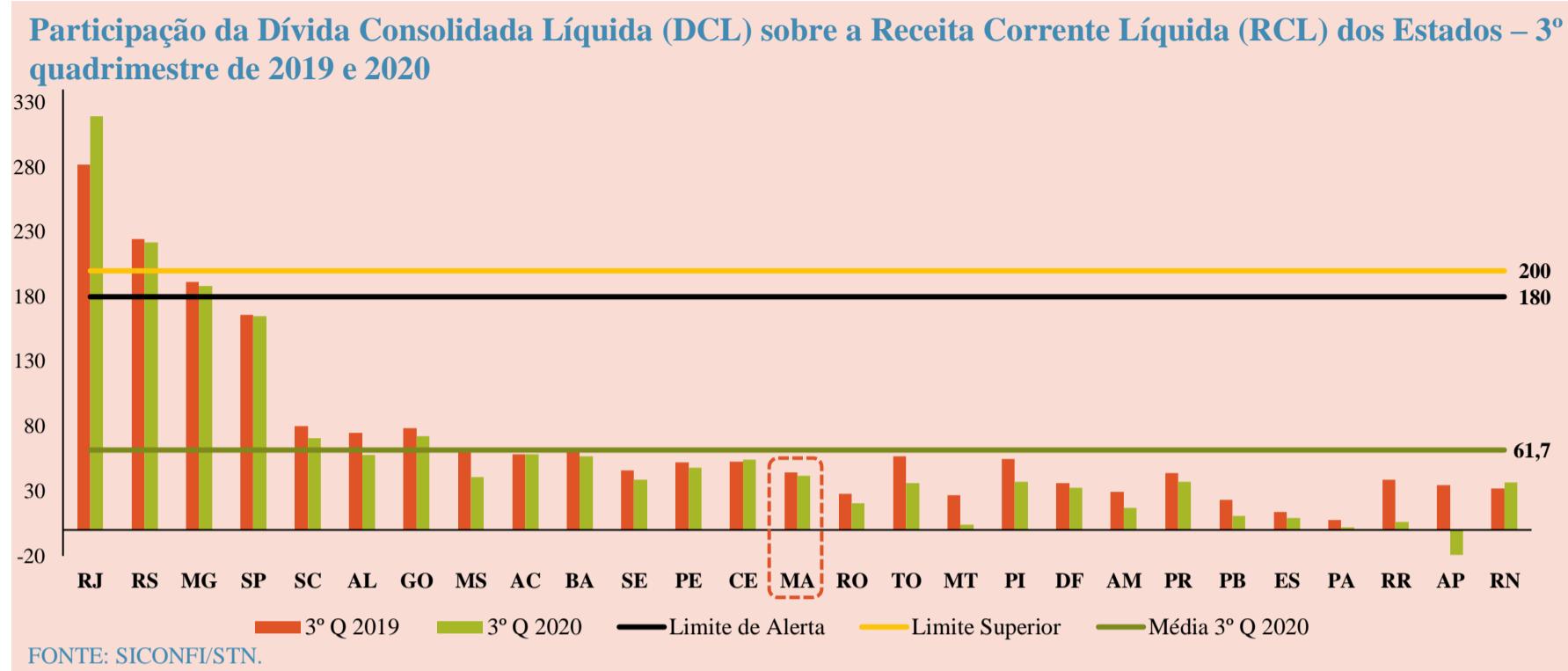
contenção da pandemia, encontravam-se fora de atividade. Este suporte incluiu auxílios financeiros e financiamento de eventos online.

Nas despesas com Urbanismo, foi registrado um aumento de 105% em relação a 2019, já que em 2020 foram empreendidas diversas obras de conservação de prédios e logradouros públicos, a exemplo da reforma do Centro de Convenções em Imperatriz e do Mercado das Verdureiras em Codó.

Também houve intenso trabalho na conservação, manutenção e sinalização de rodovias, como a MA-006 e rodovias regionais de Santa Inês, Caxias, Imperatriz, Balsas, Pinheiro, Itapeuru, dentre outras.

A Habitação registrou um incremento de 47,70% em relação a 2019 impulsionada por programas como o Cheque Minha Casa e o Mais IDH que fomentaram a construção e reforma de unidades habitacionais, tanto urbanas quanto rurais, por todo o Estado; Araioses, Chapadinha, Penalva, Guimarães, Santa Filomena e a capital São Luís estão entre as cidades beneficiadas.

Os gastos da SES tiveram variação relativa de 26,5% em relação a 2019, que é explicada pelo esforço de combate à SARS-COV-2, que inclui a contratação de profissionais de saúde, expansão da infraestrutura clínica-hospitalar, aquisição de equipamentos e utensílios, construção de hospitais de campanha etc.



No que se refere à participação da Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida, a DCL do Maranhão, no 3º Quadrimestre de 2020, teve uma redução de 2,77% em relação ao 3º Quadrimestre de 2019.

A Dívida Contratual compôs 93,2% de toda a DCL no período e teve uma variação de 1,7% comparada ao mesmo período do ano anterior. A maior parte das obrigações contratuais do estado estão firmadas com o *Bank of America*, desde 2013, e no ano de 2020 foram pagos R\$ 212 milhões referentes a esta dívida, restando um saldo devedor de R\$ 1,7 bilhão.

Dentre as dívidas contratuais do Estado há também a obrigação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID devido à adesão do Estado ao Profisco I e Profisco II, linhas de crédito condicional direcionadas a financiamento de projetos de melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial dos estados.

A DCL do Estado do Maranhão no 3º Quadrimestre de 2020 chegou a 41,79% da RCL, indicando que o Estado se encontra abaixo do limite de alerta e por consequência abaixo do limite prudencial.

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece limites para o endividamento das administrações públicas e a inobservância destes limites pode acarretar sanções administrativas e criminais para o gestor público.

Para a Dívida Consolidada Líquida dos Estados são estabelecidos o Limite Máximo, que determina que a DCL não

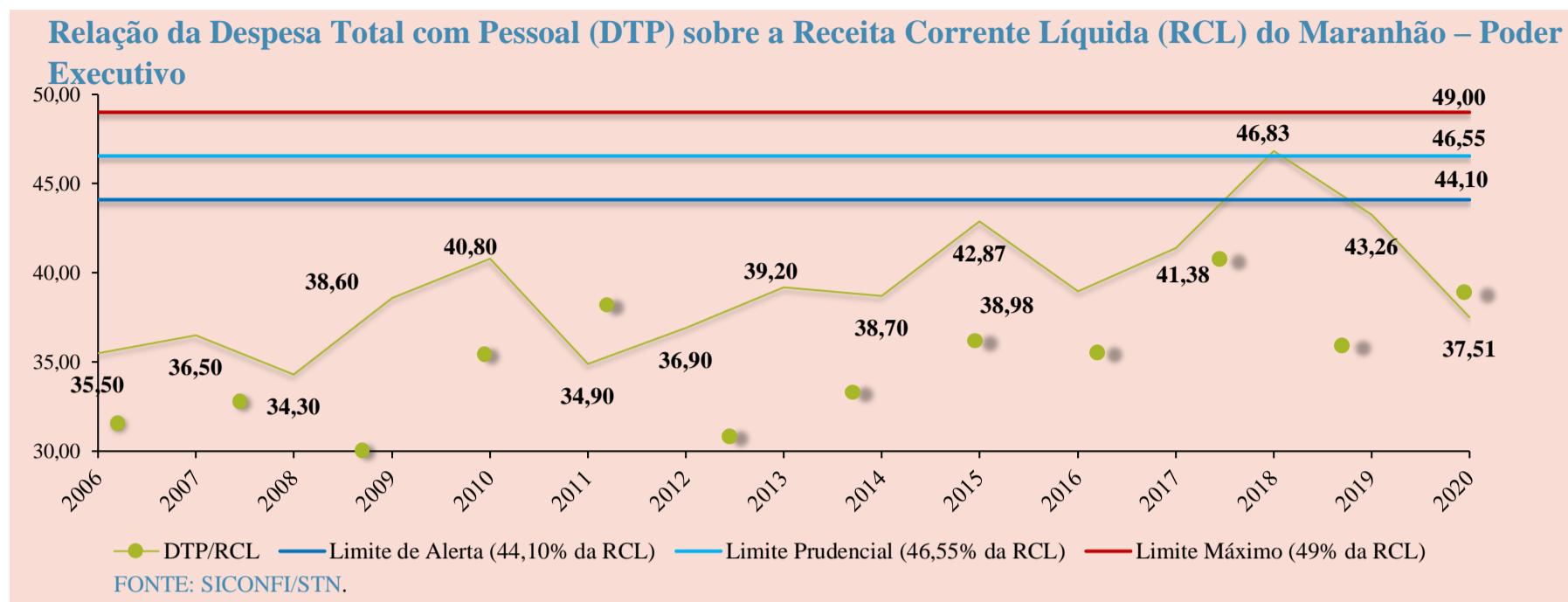
deverá ultrapassar 200% da RCL e o Limite de Alerta que é estabelecido em até 180% da RCL.

As consequências previstas em caso de desrespeito aos limites da LRF incluem a proibição à criação de cargos, emprego ou funções; alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesas; contratação de hora extra etc. As sanções criminais previstas na legislação em caso de descumprimento das proibições incluem reclusão de 1 a 4 anos.

A DCL do Estado do Maranhão no 3º Quadrimestre de 2020 chegou a 41,79% da RCL, indicando que o Estado se encontra abaixo do limite de alerta e por consequência abaixo do limite máximo. O Estado também ficou abaixo da média nacional no 3º quadrimestre de 2020, da relação DCL/RCL, que foi de 61,7%. Em toda a União, apenas três estados ultrapassaram o limite de alerta nesse período (RJ, RS e MG) e destes, dois ultrapassaram o limite máximo (RJ e RS).

As agências de classificação de risco, bem como o Tesouro Nacional, por meio da CAPAG, avaliam a capacidade tanto da Federação quanto do Ente Federado de honrar seus compromissos com a dívida. No Maranhão, duas agências internacionais avaliam e classificam o risco de crédito: a *Fitch Ratings* e a *Moody's*.

Na *Fitch*, o Maranhão, desde 2015, conta com classificação/rating “B” no indicador de curto prazo, que sinaliza que o Estado se encontra capaz de saldar os compromissos financeiros dentro do curto prazo. A *Moody's* atribui rating “Ba3” desde 2016.



A LRF estabelece limites para os gastos com pessoal, tal como ocorre com a DCL, com limites distintos estabelecidos para as Despesas Totais com Pessoal (DTP), do Poder Executivo e do Consolidado que, além do Executivo, também inclui o Poder Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública.

O gráfico acima ilustra a relação DTP/RCL para o Executivo, cujo Limite de Alerta é de 44,10% da RCL, 46,55% para o Limite Prudencial e 49% para o Limite Máximo.

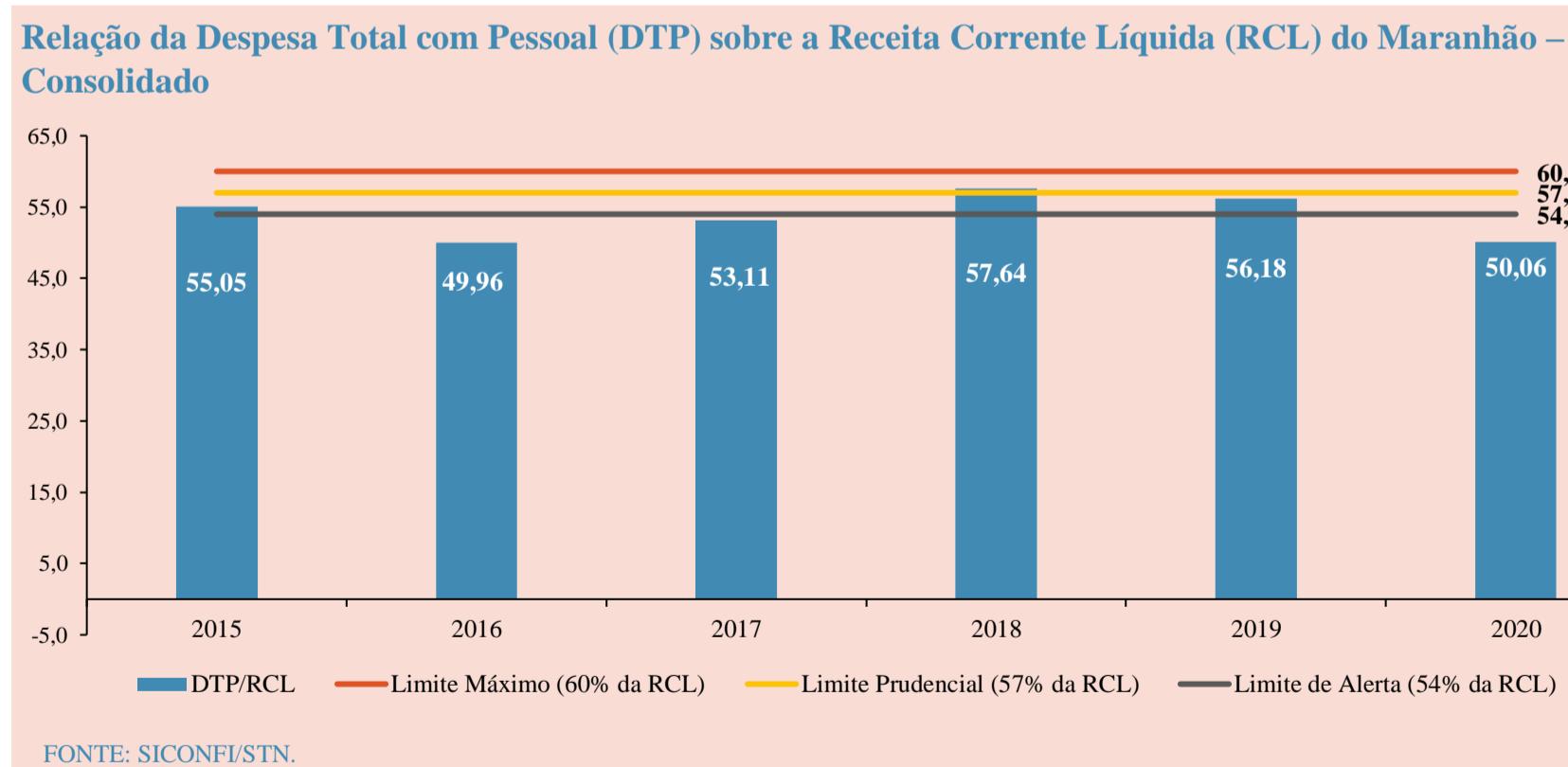
Em 2018 foi o último ano onde a DTP ultrapassou o Limite Prudencial, seguindo uma crescente iniciada em 2016. Cabe ressaltar que o crescimento da RCL no período ocorreu em patamares inferiores ao crescimento da DTP, porém, nos anos seguintes a RCL vivenciou um crescimento expressivo apesar da DTP se manter em valores estáveis: de 2018 a 2020, a RCL cresceu 22,4% ao passo que a DTP sofreu incremento de apenas 2%. Logo, conclui-se que a saída da DTP do Limite Prudencial do Executivo, a partir de 2019, se deu a controles mais rigorosos dos gastos com

pessoal e, sobretudo ao crescimento significativo da Receita Corrente Líquida.

E esse crescimento fora encabeçado pela entrada de recursos extraordinários em 2019 e 2020. Em 2019, pela transferência dos recursos da cessão onerosa – 273 milhões – e em 2020, pela entrada dos já citados recursos dos auxílios financeiros por parte da União.

No comparativo com 2019, a relação DTP/RCL do Executivo teve um decréscimo de 5,75 p.p., isso porque a DTP sofreu uma variação negativa de 4% enquanto a RCL cresceu 10,7%, afastando ainda mais a relação dos Limites previstos em lei.

No gráfico seguinte está ilustrada a relação DTP/RCL do Consolidado, que, como já citado, inclui as outras esferas do Poder Público além do Executivo. Para o Consolidado os limites são de 54% da RCL para o Limite de Alerta, 57% para o Limite Prudencial e 60% para o Limite Máximo, ressaltando que os limites aplicados para o Executivo estão inscritos dentro dos limites do Consolidado.





TÓPICOS EXTRAS

A) PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES NACIONAIS COM IMPACTO NO REGRAMENTO FISCAL EM 2020

É frequente o surgimento de matérias legislativas que disciplinam e impactam a execução orçamentária e financeira dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O impacto que essas legislações causam nas finanças públicas dos entes se dá de maneira diversa, visto que podem estabelecer desde regras no intuito de maior controle e transparência da gestão, como também programas de apoio e ajuste fiscal.

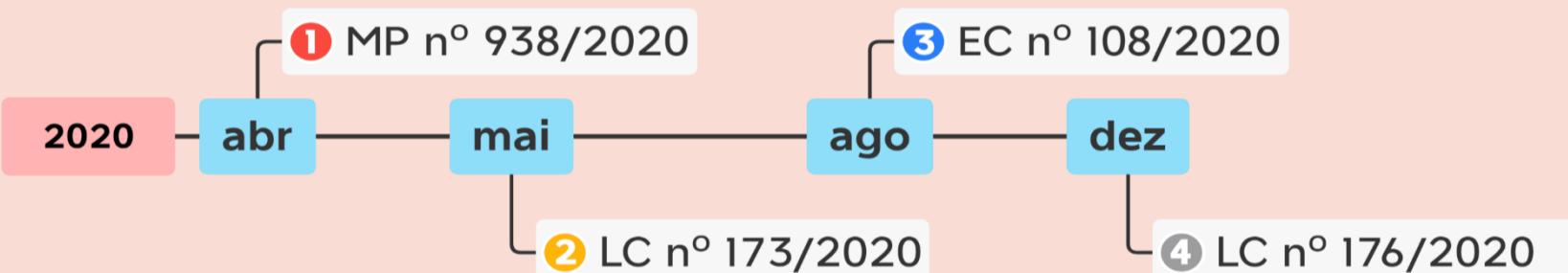
Em 2020, logo no primeiro semestre do ano, foram aprovadas duas matérias que estabeleceram medidas de apoio da União para compensação das consequências financeiras da crise decorrente da pandemia: a Medida Provisória nº 938, de 02 de abril de 2020, texto convertido posteriormente na Lei nº 14.041/2020; e a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020.

• A MP nº 938 estabeleceu o apoio financeiro da União aos entes federativos que recebem recursos do FPE e do FPM, os quais foram drasticamente reduzidos devido à crise. O valor total do auxílio foi de R\$ 16 bilhões, montante repassado aos entes subnacionais em parcelas mensais que correspondiam à variação

nominal negativa entre os valores creditados a título dos Fundos de Participação, de março a junho de 2020. O apoio foi estendido até novembro.

• A LC nº 173 estabeleceu auxílio financeiro destinado à aplicação direta em ações de enfrentamento a Covid-19 e para mitigação de seus efeitos financeiros. Os repasses foram realizados de junho a setembro. Também estabeleceu a possibilidade de aditamento contratual, das operações de crédito internas e externas, que suspendesse os pagamentos devidos no exercício financeiro de 2020. Como contrapartida, determinou a proibição de aumento das despesas com pessoal até dezembro de 2021.

Linha do Tempo: Legislações com impacto no regramento fiscal em 2020



FONTE: CÂMARA LEGISLATIVA; SENADO FEDERAL. Elaboração Própria.

Enquanto essas duas matérias trataram de medidas temporárias, tendo em vista o caráter excepcional das circunstâncias da pandemia, no segundo semestre do ano houve a edição de outras duas legislações que trazem mudanças de caráter mais duradouro às finanças públicas: a Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020, e a Lei Complementar nº 176, de 29 de dezembro de 2020.

• A EC nº 108 promulga o FUNDEB de forma permanente e amplia a participação da União no financiamento da educação básica.

• A LC nº 176 regulamenta as compensações pelas perdas da Lei Kandir. O montante pago pela União será de R\$ 65,6 bilhões, que serão repassados para os entes federativos em parcelas anuais, de 2020 até 2037.

A LC nº 173 estabeleceu auxílio financeiro destinado à aplicação direta em ações de enfrentamento a Covid-19 e para mitigação de seus efeitos financeiros. Os repasses foram realizados de junho a setembro



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

B) MEDIDAS NORMATIVAS E LEGISLATIVAS PARA REDUÇÃO DE DESPESAS

Durante o ano de 2020, o Governo Estadual não somente continuou desenvolvendo estratégias de redução das despesas e dos custos do poder executivo, projeto que foi reforçado com a Criação do Comitê Gestor, em 2016, no âmbito do [Decreto nº 31.727/2016](#), como reforçou a necessidade de ampliar o controle orçamentário durante o período da pandemia através do [Decreto nº 35.585 de 2020](#) e das [Instruções Normativas nº 1/2020; nº 2/2020 e nº3/2020](#).

Além disso, por intermédio Lei complementar nº 173 que nos Artigos 2º e 4º estabeleceram a possibilidade de aditamento contratual que suspendesse os pagamentos devidos no exercício

financeiro de 2020, das operações de crédito internas e externas, o Governo do Maranhão elaborou em conjunto com bancos nacionais, aditivos contratuais que suspenderam e prorrogaram o pagamento da dívida interna do Estado durante o ano de 2020, prorrogando o prazo máximo de pagamento no período equivalente a um ano, conforme descrito no quadro abaixo, no qual expõe-se os termos e a dívidas que foram prorrogadas. Ao todo, foram prorrogados R\$ 452,5 milhões, equivalente às parcelas dessa dívida que incidem após maio.

Quadro com Aditivos contratuais, Descrição do contrato e termos dos aditivos de suspensão dos pagamentos de dívida com Bancos Nacionais do Estado do Maranhão.

| ADITIVO | CONTRATO | TERMOS |
|--|---|---|
| Termo Aditivo - LC 173/2020 CT SIAPF 0449.056-66 - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL | CEF MOB - Contrato 0449056-66 - Pró - Transporte. | Conforme termos da LC 173, adia junto à Caixa Econômica Federal o pagamento da dívida até 31/12/2020 e prorroga a vigência do contrato até 02/07/2039 |
| Termo Aditivo - LC 173/2020 CT SIAPF 076.820-85 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL | CEF FINISA - Contrato 0476820-85 - Despesas de Capital | Conforme termos da LC 173, adia junto à Caixa Econômica Federal o pagamento da dívida até 31/12/2020 e prorroga a vigência do contrato até 02/09/2027 |
| Termo Aditivo - LC 173/2020 BB - Ofício 151/2020 de 12 de agosto de 2020. | BB - Contrato de Abertura de Crédito nº 20/17000-9 | Conforme termos da LC 173, suspende junto ao Banco do Brasil as parcelas vencíveis de junho a dezembro de 2020. Mantém o prazo para pagamento final previsto em 05/12/2025 |
| Termo Aditivo - LC 173/2020 BNDES-Ofício 205/2020 de 26 de agosto de 2020, Rio de Janeiro. | BNDES - PEF II - Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 10.2.0428.1 de 30 de junho de 2010 | Conforme termos da LC 173, suspende junto ao BNDES os pagamentos das parcelas de principal e dos juros remuneratórios por 12 meses no período compreendido entre 15 de janeiro de 2020 e 15 de dezembro de 2020, inclusive, com prorrogação do prazo final de amortização por igual período de 12 meses e sem alteração da taxa de juros prevista., comprometendo o beneficiário a liquidar com a última prestação em 15 de julho de 2031. Ademais fica pactuado pelas partes que os valores pagos pelo beneficiário em 2020, serão apropriados pelo BNDES como amortização extraordinária do principal da dívida na referida data, sendo realizados os ajustes do saldo devedor. |
| Termo Aditivo - LC 173/2020 BNDES-Ofício 206/2020 de 26 de agosto de 2020, Rio de Janeiro. | BNDES - PROINVESTE - Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1076.1 de 14 de janeiro de 2013 | Conforme termos da LC 173, suspende junto ao BNDES os pagamentos das parcelas de principal e dos juros remuneratórios por 12 meses no período compreendido entre 15 de janeiro de 2020 e 15 de dezembro de 2020, inclusive, com prorrogação do prazo final de amortização por igual período de 12 meses e sem alteração da taxa de juros prevista., comprometendo o beneficiário a liquidar com a última prestação em 15 de janeiro de 2044. Ademais fica pactuado pelas partes que os valores pagos pelo beneficiário em 2020, serão apropriados pelo BNDES como amortização extraordinária do principal da dívida na referida data, sendo realizados os ajustes do saldo devedor. |
| Termo Aditivo - LC 173/2020 BNDES-Ofício 207/2020 de 26 de agosto de 2020, Rio de Janeiro. | BNDES - Estados "A", "B", "C" - Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1442.1 de 18 de setembro de 2013 | Conforme termos da LC 173, suspende junto ao BNDES os pagamentos das parcelas de principal e dos juros remuneratórios por 12 meses no período compreendido entre 15 de janeiro de 2020 e 15 de dezembro de 2020, inclusive, com prorrogação do prazo final de amortização por igual período de 12 meses e sem alteração da taxa de juros prevista., comprometendo o beneficiário a liquidar com a última prestação referente ao Subcrédito A em 15 de outubro de 2029, com a última prestação do Subcrédito B em 15 de outubro de 2030 e com a última prestação do Subcrédito C em 15de outubro de 2031. Ademais fica pactuado pelas partes que os valores pagos pelo beneficiário em 2020, serão apropriados pelo BNDES como amortização extraordinária do principal da dívida na referida data, sendo realizados os ajustes do saldo devedor. |

Fonte: SEPLAN-MA

As parcelas pagas de janeiro a maio das dívidas suspensas totalizaram:

R\$ 349,9 milhões



Quanto o Maranhão suspendeu no ano?
R\$ 452,5 milhões

BNDES – R\$ 274,8
CEF – R\$ 48,3
LEI Nº 8.787 – R\$ 1,3
LEI Nº 9.496 – R\$ 116,5
BB – R\$ 11,4



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

C) PAGAMENTO DE DÍVIDAS E PRECATÓRIOS

O orçamento aprovado de 2020 destinado para os pagamentos das dívidas interna e externa do Estado do Maranhão foi de R\$ 1,27 bilhão. Contudo, com o advento da pandemia da covid-19, a LC 173/20, conforme demonstrado na seção anterior

(Ver **MEDIDAS NORMATIVAS E LEGISLATIVAS PARA REDUÇÃO DE DESPESAS**), engendrou a possibilidade de postergação dos pagamentos das dívidas, destinando recursos para o enfrentamento da crise econômica e sanitária.

Pagamentos da Dívida Interna e Externa, por Instituição/Programa, Amortização e Juros e Encargos. Valor Orçado e Empenhado e Diferença (Em R\$)

| Instituições/Programa da Dívida | AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | | JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | | TOTais (JUROS+AMORTIZAÇÕES) | | DIFERENÇA (A+C) - (B+D) |
|--|----------------------------------|-----------------------|----------------------------------|-----------------------|------------------------------------|-----------------------|----------------------------|
| | Valor Orçamento Aprovado Lei (A) | Empenhado (B) | Valor Orçamento Aprovado Lei (C) | Empenhado (D) | Valor Orçamento Aprovado Lei (A+C) | Empenhado (B+D) | |
| BNDES ESTADOS A | 82.208.897,00 | 19.499.561,22 | 73.440.000,00 | 10.528.575,26 | 155.648.897,00 | 30.028.136,48 | 125.620.760,52 |
| BNDES PEFII | | | 11.800.000,00 | 2.346.189,68 | 11.800.000,00 | 2.346.189,68 | 9.453.810,32 |
| CEF - MOB | 1.444.800,00 | 205.562,02 | 2.029.200,00 | 745.736,36 | 3.474.000,00 | 951.298,38 | 2.522.701,62 |
| BNDES ESTADOS B | 87.844.800,00 | 21.372.312,51 | 82.683.600,00 | 12.858.138,09 | 170.528.400,00 | 34.230.450,60 | 136.297.949,40 |
| BNDES ESTADOS C | 31.800.000,00 | 7.586.577,22 | 25.683.600,00 | 4.948.018,36 | 57.483.600,00 | 12.534.595,58 | 44.949.004,42 |
| BNDES PROINVESTE | | | 74.400.000,00 | 14.380.910,90 | 74.400.000,00 | 14.380.910,90 | 60.019.089,10 |
| ENCARGOS DÍVIDA INTERNA - LEI 8727 COHAB | 0 | 225.332,40 | 0 | 24.390,68 | 0,00 | 249.723,08 | -249.723,08 |
| UNIÃO LEI 8727 - IPEM - SÃO LUÍS | 5.040.000,00 | 3.414.193,86 | 511.800,00 | 241.320,43 | 5.551.800,00 | 3.655.514,29 | 1.896.285,71 |
| UNIÃO LEI 9496 | 110.400.000,00 | 16.859.732,50 | 67.056.000,00 | 7.189.586,87 | 177.456.000,00 | 24.049.319,37 | 153.406.680,63 |
| BANCO DO BRASIL - MA COMPETITIVO | 7.425.600,00 | 0 | 5.200.000,00 | 0 | 12.625.600,00 | 0,00 | 12.625.600,00 |
| CEF - FINISA | 61.200.000,00 | 18.129.729,76 | 70.800.000,00 | 5.876.511,40 | 132.000.000,00 | 24.006.241,16 | 107.993.758,84 |
| DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO - DMLP | 0 | 21.662.562,65 | 21.543.286,00 | 24.389.633,31 | 21.543.286,00 | 46.052.195,96 | -24.508.909,96 |
| BID PROFISCO I | 3.493.200,00 | 4.494.269,35 | 1.493.200,00 | 1.079.068,54 | 4.986.400,00 | 5.573.337,89 | -586.937,89 |
| BID PROFISCO II | | | 5.054.248,00 | 1.308.549,73 | 5.054.248,00 | 1.308.549,73 | 3.745.698,27 |
| FIDA | | | 2.010.400,00 | 0 | 2.010.400,00 | 0,00 | 2.010.400,00 |
| NDB | | | 2.814.600,00 | 0 | 2.814.600,00 | 0,00 | 2.814.600,00 |
| CAF | | | 1.470.800,00 | 0 | 1.470.800,00 | 0,00 | 1.470.800,00 |
| BANK OF AMERICA | 326.191.703,00 | 162.277.882,42 | 93.051.255,00 | 50.125.839,69 | 419.242.958,00 | 212.403.722,11 | 206.839.235,89 |
| BIRD PRODIM | 6.191.000,00 | 7.938.238,74 | 525.600,00 | 196.890,69 | 6.716.600,00 | 8.135.129,43 | -1.418.529,43 |
| Total Geral | 723.240.000,00 | 283.665.954,65 | 541.567.589,00 | 136.239.359,99 | 1.264.807.589,00 | 419.905.314,64 | 844.902.274,36 |

Fonte: SEPLAN-MA

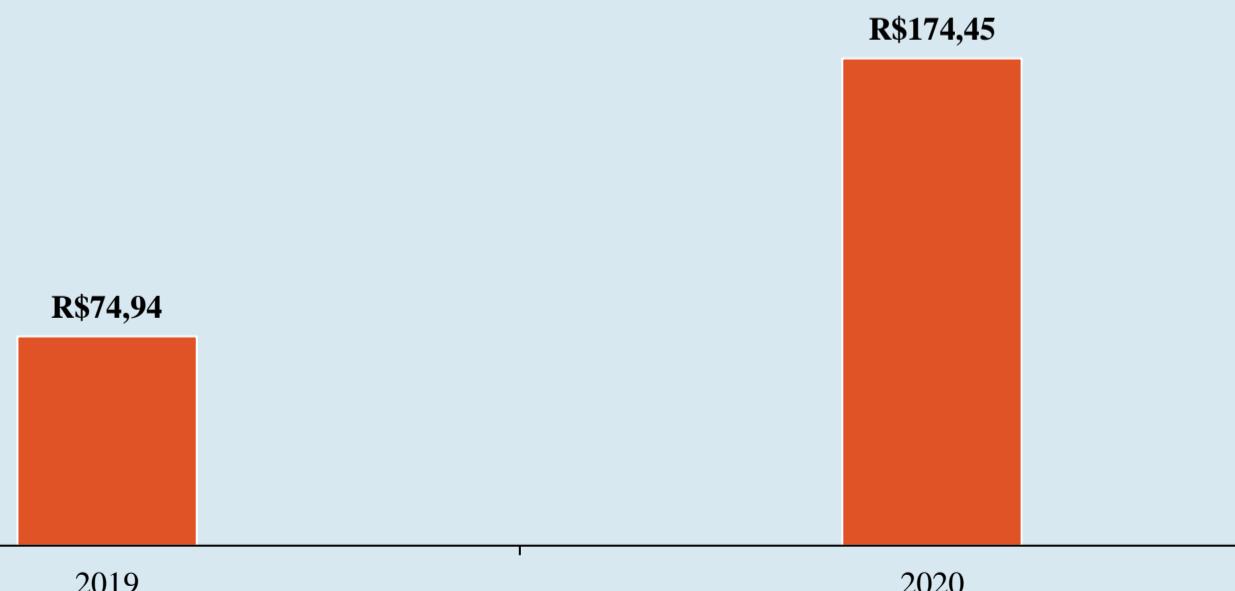
Cabe destacar que não foi somente a dívida interna que apresentou redução em 2020 com a pandemia. Desde o início do ano, o Governo do Maranhão iniciou tratativas institucionais, na qual se destaca a relação com o *Bank of America*, visando renegociar a forma de pagamento da dívida contraída em 2013.

A necessidade de renegociar o pagamento com o banco deve-se à problemática atinente a depreciação cambial – que tornou o custo da dívida excepcionalmente elevado, onerando excessivamente os cofres do ente e a necessidade de ampliar os recursos disponíveis diante do panorama de calamidade pública da Covid-19.

Através de liminar do Supremo Tribunal Federal foi decidido que a garantia da União deveria cobrir o custo da parcela de julho/2020 sem exigir do Maranhão contragarantias, resultando na diferença entre o orçado de R\$ 206,8 milhões da dívida externa.

Além das dívidas internas e externas, o Governo do Estado do Maranhão assinou compromisso no âmbito do Plano de Pagamentos de Precatórios, fiscalizado e intermediado pelo Tribunal de Justiça do Estado, por meio do qual pagou parcelas do estoque dessa dívida, somando R\$ 174,4 milhões em 2020 – em conformidade com o previsto no Plano e na Lei Orçamentária e R\$ 99,5 milhões a mais do que os R\$ 74,9 milhões pagos no exercício de 2019.

Valores Pagos com Cumprimento de Sentenças Judiciais (precatórios) em 2019 e 2020, em R\$ milhões



Fonte: SEPLAN-MA



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

D) PAINEL: COMBATE À COVID-19

O ano de 2020 ficou marcado pela quebra, em nível mundial, de todos os cronogramas de planejamento para direcionar as políticas públicas ao combate da COVID-19. No Maranhão não foi diferente, e a agenda de execução das políticas estaduais também teve de se adaptar diante do contexto de recessão econômica nacional e da crise sanitária.

Neste panorama, o Estado se manteve orientado pelo Comitê Científico de Combate ao Coronavírus para construir as políticas de enfrentamento à pandemia e de atenuação de seus impactos socioeconômicos, priorizando a proteção e defesa da vida, tornando-se o primeiro estado brasileiro a declarar *lockdown* e registrando o menor número de vitimas por 100.000 habitantes, nível controlado de ocupação na rede estadual de saúde e estabilidade na curva de contaminação.

Nessa estratégia estadual, destacaram-se dentre esforços hercúleos do executivo: a aquisição de 187 respiradores na China – doados pela classe empresarial maranhense; as 306 mil cestas básicas doadas; a expansão da rede estadual de saúde, com 13

hospitais abertos ou ampliados em 100 dias, deixando o legado permanente de 496 leitos; a distribuição de 105.580 chips de internet para alunos de ensino médio continuarem estudando em atividades não presenciais; a redução da mão de obra carcerária; a distribuição de 1 milhão de máscaras e 20 mil jalecos aos servidores da saúde; o Plano Emergencial de Empregos Celso Furtado, que conseguiu executar R\$ 500 milhões em ações estratégicas de políticas anticíclicas, visando aquecer a economia.

Em termos de planejamento orçamentário-financeiro, foram criadas 95 novas subações atreladas exclusivamente a COVID-19 e executadas por 16 órgãos Estaduais. Além disso, foi criada uma nova fonte de recursos para controlar as despesas e dar transparência ao gasto público no combate da pandemia.

Abaixo tem-se os valores empenhados por Unidade Orçamentária de execução das subações em 2020 exclusivas no combate à COVID-19 - não incluído especificamente o Plano Emergencial de Empregos Celso Furtado, no qual pode-se observar a distribuição das atividades

Valores Empenhados (R\$) por Unidade Orçamentária e Subação no combate à COVID-19 em 2020

| | Unidade Orçamentária/Subação | (R\$) Empenhado 2020 |
|---|------------------------------|----------------------|
| CBM/MA | | |
| APOIO - AUXÍLIO FINANCEIRO/COVID-19 | | 3.927.214,10 |
| FEAS | | |
| AQUISIÇÃO DE CESTA BÁSICA - COVID 19 | | 4.629.307,50 |
| AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E/OU MATERIAIS PERMANENTES - COVID-19/PBF | | 80.000,00 |
| AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E/OU MATERIAIS PERMANENTES - PROTEÇÃO SOCIAL DE EMERGÊNCIA - COVID-19 | | 411.952,50 |
| AQUISIÇÃO DE GENEROS ELIMENTÍCIOS - PROTEÇÃO SOCIAL DE EMERGÊNCIA - COVID-19 | | 778.330,00 |
| EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - PROTEÇÃO SOCIAL DE EMERGÊNCIA - COVID-19 | | 204.840,00 |
| FORNCIMENTO DE ALIMENTAÇÃO - PROTEÇÃO SOCIAL DE EMERGÊNCIA - COVID-19 | | 45.570,00 |
| MATERIAL DE CONSUMO - COVID 19 | | 205.718,00 |
| MATERIAL DE CONSUMO - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - COVID-19/SÃO LUIS | | 27.598,49 |
| REPASSE FINANCEIRO - COMUNIDADES TERAPÊUTICAS COVID 19 | | 92.700,00 |
| SERVIÇOS FUNERÁRIOS - COVID 19 | | 176.646,73 |
| TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GBF FNAs/COVID-19 | | 17.350,00 |
| FES | | |
| AÇÕES EMERGENCIAIS DE SAÚDE - COVID 19 | | 348.027.682,48 |
| AQUISIÇÃO DE CÁPSULA DE ISOLAMENTO EM SÃO LUIS - TERMO DE COOPERAÇÃO SEGOV/COVID 19 | | 7.262,56 |
| AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E/OU MATERIAIS PERMANENTES - CONSÓRCIO DO NORDESTE/COVID-19 | | 5.441.469,49 |
| AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E/OU MATERIAIS PERMANENTES EM SÃO LUIS - COVID 19 | | 7.557.426,99 |
| AQUISIÇÃO DE INSUMOS HOSPITALARES - COVID 19 | | 7.845.361,96 |
| AQUISIÇÃO DE INSUMOS HOSPITALARES - SÃO LUIS / COVID-19 | | 282.330,00 |
| AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - SÃO LUÍS/COVID-19 | | 916.000,00 |
| GERENCIAMENTO DE FROTA DE VEÍCULO TIPO VAN - TERMO DE COOPERAÇÃO SEGOV/COVID 19 | | 448.800,04 |
| INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E FORNECIMENTO DE GASES MEDICINAIS - COVID 19 | | 2.653.920,53 |
| LOCAÇÃO DE IMÓVEIS EM SÃO LUÍS - COVID 19 | | 1.400.000,00 |
| LOCAÇÃO DE TENDAS EM SÃO LUIS - COVID 19 | | 91.100,00 |
| LOCAÇÃO DE VEÍCULOS EM SÃO LUÍS - AMBULÂNCIA/COVID 19 | | 1.531.400,00 |
| MANUTENÇÃO - CLÍNICA SÃO JOSÉ EM SÃO LUÍS/COVID 19 | | 2.459.008,43 |
| MANUTENÇÃO - HOSPITAL ALARICO NUNES PACHECO EM TIMON/COVID 19 | | 2.899.999,98 |
| MANUTENÇÃO - HOSPITAL DAS CLÍNICAS INTEGRADAS (HCI) - COVID-19 | | 45.604.785,07 |
| MANUTENÇÃO - HOSPITAL DE ALTA COMPLEXIDADE DR. CARLOS MACIEIRA EM SÃO LUIS - COVID 19 | | 5.760.000,00 |
| MANUTENÇÃO - HOSPITAL DE CAMPANHA DE AÇAILÂNDIA/COVID 19 | | 10.727.259,94 |
| MANUTENÇÃO - HOSPITAL DE CARUTAPERA/COVID-19 | | 2.062.256,16 |
| MANUTENÇÃO - HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE PRESIDENTE DUTRA/COVID 19 | | 3.763.999,98 |
| MANUTENÇÃO - HOSPITAL DR. GENÉSIO RÊGO EM SÃO LUIS - COVID 19 | | 9.207.700,61 |
| MANUTENÇÃO - HOSPITAL GERAL DA VILA LUIZÃO EM SÃO LUIS - COVID 19 | | 864.000,00 |
| MANUTENÇÃO - HOSPITAL GERAL DE BARREIRINHAS/COVID-19 | | 6.288.728,42 |
| MANUTENÇÃO - HOSPITAL MACRORREGIONAL DE CAXIAS/COVID-19 | | 5.062.387,55 |
| MANUTENÇÃO - HOSPITAL MACRORREGIONAL DE COROATÁ/COVID 19 | | 4.762.139,04 |
| MANUTENÇÃO - HOSPITAL MACRORREGIONAL DE SANTA INÉS - COVID 19 | | 2.385.220,45 |
| MANUTENÇÃO - HOSPITAL MACRORREGIONAL DRA. RUTH NOLETO EM IMPERATRIZ/COVID 19 | | 15.152.540,54 |
| MANUTENÇÃO - HOSPITAL MATERNO INFANTIL DE IMPERATRIZ/COVID-19 | | 9.683.205,75 |
| MANUTENÇÃO - HOSPITAL REAL EM SÃO LUIS/COVID 19 | | 2.513.779,72 |
| MANUTENÇÃO - HOSPITAL REGIONAL DE CHAPADINHA/COVID-19 | | 2.879.727,71 |
| MANUTENÇÃO - HOSPITAL REGIONAL DE LAGO DA PEDRA/COVID 19 | | 2.791.503,93 |



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

| Unidade Orçamentária/Subação | (R\$) Empenhado 2020 |
|---|-------------------------|
| MANUTENÇÃO - HOSPITAL REGIONAL DE PEDREIRAS/COVID 19 | 2.274.403,59 |
| MANUTENÇÃO - HOSPITAL REGIONAL DE PERITORÓ/COVID 19 | 2.122.112,88 |
| MANUTENÇÃO - HOSPITAL REGIONAL DE SANTA LUZIA DO PARUÁ/COVID-19 | 12.615.480,52 |
| MANUTENÇÃO - HOSPITAL REGIONAL DE VIANA/COVID-19 | 1.049.460,72 |
| MANUTENÇÃO - MATERNIDADE NOSSA SENHORA DA PENHA EM SÃO LUIS/COVID 19 | 621.050,43 |
| MANUTENÇÃO - TERMO DE COOPERAÇÃO SEGOV / COVID-19 | 10.455.128,86 |
| MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EM SÃO LUÍS - GENEXPERT/COVID 19 | 20.212,00 |
| MATERIAL DE CONSUMO EM SÃO LUÍS - GASES MEDICINAIS/COVID 19 | 26.589,60 |
| MÓVEIS E UTENSÍLIOS - AQUISIÇÃO DE BELICHES COM COLCHÕES EM SÃO LUÍS/TERMO DE COOPERAÇÃO SEGOV - COVID 19 | 176.400,00 |
| PAINEL VIRAL E KITS DE TESTES EM SÃO LUÍS - LACEN/COVID 19 | 871.509,74 |
| SERVIÇOS DE TRANSPORTE AÉREO - UTI EM SÃO LUÍS/COVID 19 | 1.435.040,43 |
| SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO - DESINFECÇÃO E SANITIZAÇÃO/COVID 19 | 474.370,11 |
| SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES - SANTA CASA DE CURURUPU/COVID 19 | 2.902.157,25 |
| TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM SÃO LUÍS/COVID 19 | 927.591,49 |
| TRANSPORTE DE CARGAS - COVID-19 | 48.576,25 |
| VIGILÂNCIA - UNIDADES DE SAÚDE/COVID-19 | 1.318.312,31 |
| FUNDECMA | 361.000,00 |
| EDITAIS - CONEXÃO CULTURAL/COVID-19 | 361.000,00 |
| SAF | 2.938.988,60 |
| CESTA BÁSICA - COVID-19 | 2.938.988,60 |
| SEAP | 78.017,00 |
| AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - COVID-19 | 78.017,00 |
| SECID | 239.809,43 |
| AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E/OU MATERIAIS PERMANENTES - PONTOS DE HIGIENIZAÇÃO NA RMGSL/COVID-19 | 41.000,00 |
| CONSTRUÇÃO - PONTOS DE HIGIENIZAÇÃO EM SÃO LUÍS COVID-19 | 198.809,43 |
| SECPMA | 1.000,00 |
| EDITAIS - CREDENCIAMENTO CULTURAL COVID 19 | 1.000,00 |
| SECTI | 191.787,00 |
| AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E/OU MATERIAIS PERMANENTES - COVID-19 | 91.787,00 |
| MATERIAL DE CONSUMO - COVID-19 | 100.000,00 |
| SEDES | 594.357,86 |
| FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO - RESTAURANTE POPULARES/COVID-19 | 436.857,86 |
| MATERIAL DE CONSUMO - COVID-19 | 157.500,00 |
| SEDIHPOP | 224.880,00 |
| CESTA BÁSICA AMPLIADA - COVID-19 | 224.880,00 |
| SEDUC | 7.140.751,73 |
| APOIO FINANCEIRO - GRUPO DE TRABALHO/COVID-19 | 130.000,00 |
| MATERIAL DE CONSUMO - COVID 19 | 308.000,00 |
| MATERIAL DE CONSUMO - TERMÔMETROS/COVID-19 | 480.000,00 |
| SERVIÇOS DE INTERNET - PACOTES DE ACESSO A INTERNET PARA ALUNOS - COVID-19 | 6.222.751,73 |
| SETRES | 14.500,00 |
| PREVENÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS - COVID-19 | 14.500,00 |
| SETUR | 39.000,00 |
| SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM - PRESS TRIP CAROLINA / COVID 19 | 6.000,00 |
| SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM - PRESS TRIP LENÇÓIS MARANHENSES / COVID 19 | 30.000,00 |
| SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM - PRESS TRIP RIACHÃO / COVID 19 | 3.000,00 |
| UEMA | 795.050,00 |
| SERVIÇOS DE INTERNET - AULAS ONLINE / COVID-19 | 795.050,00 |
| UEMASUL | 148.016,63 |
| SERVIÇOS DE INTERNET - AULAS ONLINE NA REGIÃO DO TOCANTINS MARANHENSE/COVID-19 | 148.016,63 |
| TOTAL GERAL | 571.773.779,08 |

Fonte: BI SEPLAN

